

OLISIP O

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO VIII
N.º 31

JULHO
1945



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



OS PRODUTOS da:

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,
«Virginia», «Duque» «Holandês» e
«Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonautas»

Cigarrilhas

Gamas, Avis, Diana, Legionários,
Delta, Eureka, Menta, Lusos, Pro-
visórios, Sporting, Navalistas, Ele-
gantes, Turquesas, Tip-Top, Tagus,
Sereias, Luxo, Sado, Argus, Ases, Sagres, Chic,
Lisboa P. Peitoral.

SÃO MARCAS DA

Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fábricas
e marcas de Tabacos do Estado

AGÊNCIA HÉLICE

— DE —

Alfredo Rodrigues dos Santos

COMÉRCIO
IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO

CORRETOR DE SEGUROS
REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Avenida da Liberdade, 69
Telefone 22119 — LISBOA

AGÊNCIA BRITISH PAINTS

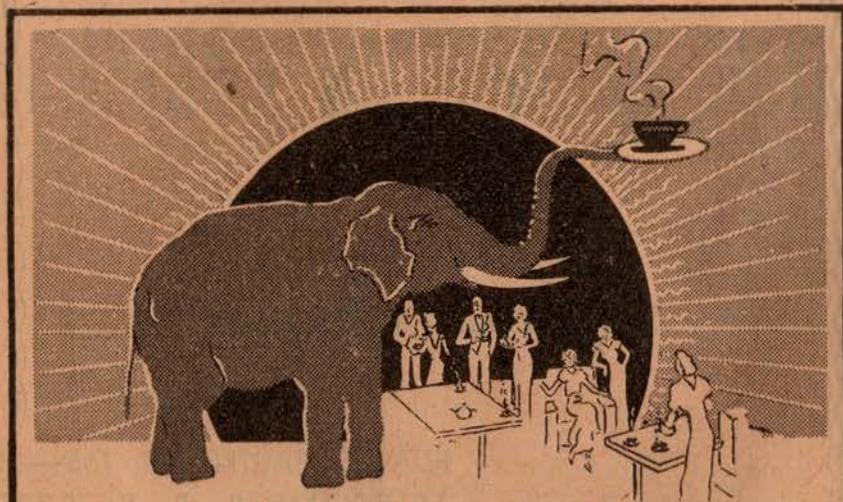
ALFREDO RODRIGUES
DOS SANTOS

Agentes exclusivos da

BRITISH PAINTS, LTD.

A maior e mais moderna Fá-
brica de tintas do Mundo. —
Consórcio das 6 melhores Fá-
bricas inglesas e mais 18 asso-
ciadas em todo o mundo. —

Av. da Liberdade, 69 — LISBOA



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delícia!

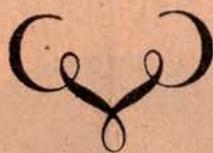
UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA

E D I T O R I A L

IMPÉRIO

L I M I T A D A



Oficinas Gráficas

RUA DO SALITRE, 151 - 155 — LISBOA
TELEFONE P. B. X. 53173/4

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

A' venda em tôda a parte

Novidade Literária
de grande categoria :

"O Almirante Marquês de Nisa"

pelo Comandante
ANTÓNIO MARQUES ESPARTEIRO

1 grande volume (17 cm. x 25 cm.) de 436
páginas, profusamente ilustrado, 50\$00.

Edição da
PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Em 1881, há 64 anos,

a EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

constituíu-se com dois vapores no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

que explora hoje cêrca de 86 mil toneladas e

AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

leva o nome de Lisboa a todos os mares do Mundo.

LIVRARIA PORTUGÁLIA

75, Rua do Carmo, — Telef. 2 0791
LISBOA

|||||
Livros nacionais e estrangeiros

|||||
*Grandes sortidos das melhores
edições inglesas e americanas, de*

L I T E R A T U R A ,
E S T U D O ,
A R T E ,
H I S T O R I A ,
M E D I C I N A ,
E C O N O M I A ,
D I R E I T O ,
etc., etc.

●
Sempre as melhores novidades

MÓVEIS DE MADEIRA

PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO
ORÇAMENTOS GRATIS

★ ★ ★

THE MODERN OFFICE, L.^{TD}

Telef. 23465

Rua do Alecrim, 107 — LISBOA

A Embelezadora Moderna

Propriedade e Direcção Técnica de
BENJAMIM GOMES

Rua Silva Carvalho, 57-59 — LISBOA

TELEFONE 6 2276

CASA ESPECIALIZADA EM ENCERAMENTOS DE SOALHOS E MOBÍLIAS

Aplainar, raspar, imitar à Inglesa, encerar e lustrear

VENDEM TODOS OS ARTIGOS DE LIMPEZA

Passadeiras, Tapêtes, Ceras para soalhos, etc., etc.

Distribuidores do produto

"EMBELEZITA"

A mais barata de todas

A melhor cera para soalhos, mobílias, oleados, corticite, etc.

A única cera que não se pega aos pés e que conserva os soalhos na côr primitiva

UMA EXPERIÊNCIA CONVENCERÁ

Oferta

27. JUL. 1988

M.

ANO VIII

JULHO DE 1945

NÚMERO 31

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMÁRIO



■ FISIONOMIA DA CIDADE E A ARQUITECTURA URBANA
por *Norberto de Araújo.*

■ PALESTRA PROFERIDA NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA»
À SOCIEDADE DE GEOGRAFIA EM 25 DE FEVEREIRO ÚLTIMO
pelo *Sr. Coronel Lopes Galvão.*

■ PALESTRA PROFERIDA NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA»
À MANUTENÇÃO MILITAR
pelo *Sr. Tenente Rodrigo de Matos Azevedo Leal Júnior.*

■ A IGREJA DE NOSSA SENHORA DE JESUS (Continuação)
por *Ferreira de Andrade.*

■ COISAS QUE FALTAM EM LISBOA
pelo *Dr. Amadeu Ferreira de Almeida.*

■ IGREJAS DA PAMPULHA (Conclusão)
por *Sidónio Miguel.*

■ FEIRA DA LADRA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS

OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

A FISIONOMIA DA CIDADE

e a arquitectura urbana

por NORBERTO DE ARAUJO

Quando olhamos, por essa cidade fora, as novas construções urbanas, muitas delas luxuosas ou pelo menos, ostentosas de aparência, naquele tipo que é quasi um padrão, rasgado de linhas, desafogado nos balcões rasos e amplos, aformoseado, desde há pouco, com áticas de fantasia nas sobre-janelas caprichosas — preguntamos a nós próprios se esse tipo «está destinado a perdurar».

A arquitectura urbana progrediu certamente muito nos últimos trinta anos. O architecto artista começou a intervir, pouco e pouco a predominar, na construção urbana. A disciplina severa imposta pelos serviços municipais em tudo o que diz respeito ao prédio de habitação; por outro lado, um conceito mais realista das exigências de hygiene interligadas com os deveres da estética; ainda o desenvolvimento do bom gosto construtivo e a falência do processo gaioleiro, especulativo e mesmo criminoso — contribuíram para outra fisionomia do edificio urbano, alegraram a casa exterior, compuseram o aspecto das ruas e dos bairros.

Não há dúvida que este modelo, a sua sugestão pelo menos, não é portuguesa. A arquitectura, porém, não pode estar sujeita a regras de pragmática nacional num país que — afora os núcleos de expressão regionalista — não tem arte sua construtiva. Alguns artistas mesmo tentaram romper com o tipo «*deck* de navio», e, pela fantasia ou pela inspiração, adaptaram o exótico a um meio termo que logrou, em muitos casos, absoluto êxito.

Nós supomos que o pombalino — architectura de recurso que ficou, e que tem mesmo os seus tipos de galantaria — não morreu. Isto é: não ficou no que estava. Cremos firmemente que um pombalino rico não deshonraria uma Lisboa moderna, e poderia conciliar a estética, a hygiene e a tradição. Mas isto é já «outro conversar».

Afirmamos, aliás sem morrer de amores pelo exótico dos catálogos — que são as boas revistas de architectura estrangeira — que os novos bairros de Lisboa têm beleza, e que mesmo nos bairros de há meio século se encontram formosos espécimes de construção de moradia.

Mas está êste tipo de casa, êste padrão que se vai libertando do primeiro modelo alemão, destinado a durar?

Que futuras novas revoluções nos trarão a arte e a ciência da architectura urbana? E se não fôr revolução, mas apenas natural evolução, a que aparente indisciplina, a que confusão à superfície, nos arrastará o choque do tipo actual e do tipo que há-de vir?

Esta dúvida tem a sua razão de ser.

É que nós temos visto, com profunda indignação, nos bairros de Lisboa, caracterizados pela construção do século passado e dos primeiros vinte anos d'êste século, prédios novos ou transformados já no tipo do «bairro azul» pobre e mais ou menos desageitado. Tal prática, mais freqüente do que se supõe, dá uma disparidade flagrante, marca uma invasão, ou quebra de carácter. No Bairro Alto, na Lapa, em Alcântara, até na Alfama e Mouraria, êste tipo, que ali não tem lugar, ou não deveria ter — é uma desgraça. Nós não concebemos uma varina, ou uma costureirinha — com uma «raposa» *argentée* a envolver-lhe o pescoço e caindo-lhe a cauda ao lado numa *coquetterie* de caricatura.

Se dentro de uma dúzia ou duas dúzias de anos o actual tipo de architectura urbana fôr destronado por outro — e nós temos uma tendência doentia para a macaquice ou para o figurino da novidade alheia — a beleza dos bairros novos escoar-se pelo caos.

Alguns exemplares, já raros, de pequenas casas e palacetes modestos do final de XVIII e do século XIX — ainda hoje são cousas de ver com relêvo. O Salitre tinha um espécime dêsse gôsto.

Alguma das grandes e aplaudidas construções recentes terá um dia o destino de ser olhada com enlêvo? Duvidamos. Mas já agora, que tão acertadamente se deu à casa, além de melhor distribuição e mais confôrto, um exterior que capta a luz e a leva até à alma do morador — que se evite quanto possível a fantasia tresloucada, «o que mais há-de ser», a desmedida ânsia de originalidade, pois é de tudo isto que, insensivelmente, se faz uma revolução. Lembremo-nos de que o óptimo é inimigo do bom.

Palestra proferida na visita dos «Amigos de Lisboa» à Sociedade de Geografia

em 25 de Fevereiro último

pelo Sr. Coronel LOPES GALVÃO

Em nome da Sociedade de Geografia dou aos Amigos de Lisboa as boas vindas e expresso-lhes o prazer que a Sociedade tem com a sua visita.

E' a segunda vez que eu tenho a honra de os receber e é-me muito agradável fazê-lo.

Numerosos eram os amigos de Lisboa que da primeira vez nos visitaram; mais numerosos são agora, sinal de que a Sociedade lhes merece interêsse.



Para os orientar na visita que vão empreender às nossas Salas, mandei elaborar um pequeno programa que lhes vai ser distribuído e que lhes indica o que de mais importante podem ver na visita que, infelizmente, não poderá ser muito minuciosa, tanto é o que temos de interêsse para lhes mostrar, e tão limitado é necessariamente o tempo de que dispõem.

Mas aquêles que queiram com mais detalhe apreciar os objectos expostos, podem em qualquer domingo, ou até mesmo em qualquer dia da semana dirigir-se à Sociedade que serão sempre recebidos com muito prazer.



Pediram-me que dissesse algumas palavras relativas à história da Sociedade.

E' o que vou fazer, embora muito resumidamente, pois que todo o tempo será pouco para verem e admirarem as muitas preciosidades que o nosso Museu e a nossa Biblioteca encerram.



A Sociedade de Geografia appareceu num momento de renovação colonial. As viagens de Levingstone e os relatos que êle mandava para a Imprensa,

despertaram a curiosidade da Europa que até então, mercê de várias circunstâncias, ligava pouca importância ao que se passava no continente negro.

Em certa altura os relatos do irrequieto missionário desapareceram e supôs-se que êle andaria perdido ou teria morrido no interior do sertão.

Stanley, jornalista americano, resolve ir em sua procura e encontra-o acampado nas proximidades do lago Niassa que êle, nas suas crônicas, afirmara ter descoberto, quando a verdade é que trezentos anos antes já os portugueses ali haviam estado, tendo até medido a distância que o separava de Tete, donde haviam partido.

E a propósito direi que também me não parece verosímil que tenha sido Livingstone quem primeiro tenha tido notícia das grandes quedas do rio Zambeze, que no dizer dos Ingleses, constituem a oitava maravilha do Mundo, hoje conhecidas com o nome de Victoria Falls.

Se, como é sabido, os nossos comerciantes e os seus «pombeiros» ou «aviados» já cruzavam o continente de oriente para ocidente e de ocidente para oriente, infiltrando-se pelo vale do Zambeze e pondo Angola em comunicação com Moçambique, não é provável que não tivessem nunca ouvido aos indígenas falar das grandes quedas, que no dizer dêles faziam fumo.

Mas as quedas do rio não eram objecto de comércio e o comércio e só o comércio os interessava.

E ainda que quisessem dar a conhecer ao Mundo a sua existência, êles não tinham a ilustração de um Livingstone para virem a público fazer o relato do que de notável encontravam nas suas viagens.

Eram comerciantes, não eram exploradores geógrafos.

E' porém de notar que mantinham relações amistosas com os grandes potentados do interior do Continente, que visitavam a miúdo e êsses potentados, certamente conheciam o fenómeno que tanto impressionava os negros que dêle tinham conhecimento, no dizer de Livingstone.



Mas voltando às viagens de Livingstone que, como disse, foi encontrado em Ujiji na região dos Lagos, direi que Stanley que foi quem o encontrou, ficou deslumbrado com tudo o que vira no interior do continente e passou a fazer reportagens verdadeiramente sensacionais que eram lidas ávidamente.

A Imprensa tanto da Europa como da América todos os dias chamava a atenção dos seus leitores para a necessidade de devassar o continente, ao tempo ainda misterioso.

Em face dessa campanha começaram a aparecer por tôda a parte exploradores ousados. Atrás de Stanley vai Brazza; vai Cameron, vai Young, vai, Speke; vai, enfim, uma pléiade de exploradores, a princípio movidos apenas pela curiosidade geográfica, mas logo disputando para os seus países o que pudessem apanhar na partilha de um continente ainda abandonado.

Todos os países europeus começaram a agitar-se, e só Portugal se mantinha indiferente a um tal movimento expansionista, absorvido como andava pela política interna.

Em pleno parlamento propunha-se até a venda das colónias para resolver as crises financeiras do País!



Eu disse, e era verdade, que o alvoroço causado pelas crónicas de Stanley era grande, mas o interesse dos governos europeus mostrava-se hesitante.

Stanley, regressado de África, oferece os seus serviços à América e à Inglaterra, mas o oferecimento não foi aceite.

Ao seu encontro vai o rei Leopoldo da Bélgica que, inteirado do que se passava, convoca uma conferência internacional para Bruxelas, em 1876, a fim de nela se discutirem assuntos africanos.

E' de notar que para essa Conferência Portugal não foi convidado!

Portugal, que com razão supunha ter direitos de soberania em todo o território de Angola à Contra Costa, direitos que até então ninguém lhe contestara, é o único país que não é convidado para uma tal conferência.

Da reunião referida sai a Associação Internacional para a exploração científica e para a civilização da África. Essa Associação dizia-se alheia a toda a acção política e por isso todos os países convidados lhe deram a sua adesão.

A seguir cria-se a Comissão de Estudos do Alto Congo e por último a Associação Internacional do Congo que fica inteiramente nas mãos do Rei Leopoldo.

O explorador Stanley é encarregado por êle de montar estações civilizadoras ao longo do rio Zaire e também de fazer tratados de vassalagem com todos os sobas da bacia do Zaire.

A primeira estação civilizadora foi criada em Vivi em 1880.



Em presença da inação dos Governos, um grupo de patriotas, com Luciano Cordeiro à frente, propõe-se integrar Portugal no movimento geográfico africano que por toda a parte se acentuava e a que somente Portugal se mantinha alheio.

Luciano Cordeiro reúne-se pois com:

Emílio Augusto de Bettencourt;

Rodrigo Afonso Pequito;

João Cândido de Moraes;

Cândido de Figueiredo;

e lança as bases da fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A fundação data de Novembro de 1875.

A sede provisória fica na casa da Sociedade das Ciências Médicas, na Rua do Príncipe, Palácio Cadaval, local onde depois se construiu a estação do Rossio.

Como sócios fundadores inscreveram-se 73 nomes, homens de elevada posição social, figurando entre êles o Visconde de S. Januário, que havia de ser o seu primeiro Presidente.

A primeira Direcção compunha-se dos seguintes nomes:

Presidente — Conde de S. Januário
Vice-Presidente — Barbosa du Bocage
1.º Secretário — Luciano Cordeiro
2.º Secretário — Pequito Rebêlo
Tesoureiro — Conselheiro Pereira de Miranda
Vogais — João Cândido de Moraes e Octávio Guedes

Uma vez fundada a Sociedade deu logo retumbante acôrdo de si.

Não tendo Portugal sido convidado para a reunião de Bruxelas, a Sociedade protestou junto das suas congéneres de Paris, Londres e Roma, e levou o seu protesto junto do Govêrno e junto do próprio Rei Leopoldo que, em resposta, mandou à Sociedade as actas da conferência acompanhadas de uma carta muito amável.

Dai resultou ser Portugal convidado a nomear uma «Comissão Central Permanente de Geografia» à semelhança de que os países aderentes haviam feito. A Comissão foi criada em 17 de Fevereiro de 1876 por Decreto referendado por Andrade Corvo.

Essa Comissão era por assim dizer uma delegação da Comissão Internacional criada para a Exploração e Civilização da África. Aparentemente não tinha outros intuitos.

A nossa Comissão, segundo o decreto já referido, tinha 3 secções a saber:

A secção Geográfica
A secção de História
A secção de Antropologia.



A Sociedade de Geografia integrava assim o País no movimento geográfico europeu.

A Comissão Central permanente ficou desde a sua fundação integrada na Sociedade de Geografia.

Esta promove desde logo a realização de explorações ao interior do Continente. Das suas repetidas representações ao Govêrno resultou a organização de uma expedição da qual faziam parte: Serpa Pinto, Brito Capêlo e Roberto Ivens.

A expedição organizou-se rapidamente e a 7 de Junho dêsse ano de 1876 chegava a Angola.

Serpa Pinto, que já conhecia a África por ter feito parte da expedição contra o célebre Bonga da África Oriental, separa-se logo dos seus dois companheiros e interma-se, êle só, no sertão, por onde andou sem dar notícias, o que causou grande ansiedade no País.

As primeiras informações sôbre a travessia que acabava de realizar, vieram de Pretória, aonde chegou em 12 de Fevereiro de 1879.

A sua viagem foi verdadeiramente triunfal.

Ao regressar a Lisboa é recebido com grandes aclamações, e é convidado desde logo pelas Sociedades de Geografia de Paris e de Londres a ir realizar nos seus países conferências sôbre a viagem que acabava de fazer.

Capêlo e Ivens fizeram, por seu lado, uma interessante viagem conhecida com o nome de: «De Benguela às Terras do Iacca» num volume publicado em 1881.

Êstes exploradores fizeram mais tarde uma segunda viagem descrita em dois volumes que intitularam: «De Angola à Contra Costa».

Serpa Pinto, que à Sociedade de Geografia deu o melhor do seu concurso foi, ainda a instâncias da Sociedade, encarregado pelo Governo de uma nova expedição ao lago Niassa, em 1884. Para lhe facilitar a sua missão o Governo nomeou-o cônsul de Portugal em Zanzibar.

A viagem ao lago fêz-se com completo êxito, mas ao regressar teve de defrontar-se com dificuldades criadas pelas missões protestantes que Levingstone havia criado nos territórios do Niassa.

Serpa Pinto vence tôdas as resistências, mas o Governo Inglês, que estava por detraz das missões impõe ao nosso Governo a retirada de Serpa Pinto, dando origem ao Ultimatum.



Portugal tinha antes conseguido um tratado com a Inglaterra, após demoradas negociações, tratado que nos reconhecia o direito à posse das margens do Zaire, mas a França e a Alemanha protestaram e o tratado não foi ratificado.

Passava-se isto em 1884.

Bismark leva as Potências a acordar numa Conferência a realizar em Berlim no ano seguinte. E ali compareceu também Portugal que assistiu ao esbulho daquilo que por direito de descoberta lhe pertencia e até então ninguém tinha contestado.



Mas voltando à acção da Sociedade de Geografia, devo dizer que a sua segunda iniciativa a que já me vou referir teria tido um alcance muito maior

que o das expedições geográficas que promoveu, se essa iniciativa tivesse sido secundada pelo povo português para quem ela apelou. Trata-se do

Projecto das Missões Civilizadoras e do Célebre Mapa Côr de Rosa

Disse eu que o rei Leopoldo encarnegara Stanley de montar na bacia do Zaire Missões Civilizadoras, sendo a primeira criada em 1880.

Pois a *Comissão Nacional Portuguesa* de exploração e civilização de África, mais conhecida por *Comissão Africana*, da Sociedade de Geografia, elaborou por essa mesma ocasião um plano completo de Missões civilizadoras que deveriam ocupar todo o *hinterland* que mais tarde nos arrebatarem. As despesas com tais missões deviam ser custeadas por uma subscrição nacional, tendo para o efeito a Sociedade nomeado uma Comissão destinada a recolher êsses fundos.

Passava-se isto, como disse, precisamente, no ano em que Stanley começava a montar as Estações civilizadoras do rei Leopoldo.

Foi a Comissão Africana da Sociedade de Geografia que elaborou o célebre Mapa côr de rosa que muitos atribuem a Barros Gomes. O mapa foi elaborado precisamente para determinar a posição das missões civilizadoras a criar.

Esse Mapa appareceu depois na Conferência de Berlim.

A subscrição Nacional para o Fundo Africano não deu nada e o Governo desinteressou-se do plano, sábiamente delineado. Por isso Portugal perdeu o seu *hinterland*.

Tivessem sido criados nessa altura as Estações civilizadas e pelo menos parte do interior da África talvez se não tivesse perdido.

Mas justiça seja feita a Luciano Condeiro que na Conferência de Berlim e fora dela, com a sua pena vigorosa e contundente se bateu pela defesa do que de direito nos pertencia.



Dentro e fora do País a Sociedade de Geografia grangeou assim para Portugal um alto prestígio. E tão alto que por carta régia de 14 de Novembro 1878 El-Rei D. Luís se declarou Protector da Sociedade.

Uma outra iniciativa a que desde logo meteu ombros foi a da criação de um Instituto para estudos Coloniais.

A esta iniciativa deu mais tarde côrpo o actual presidente da Sociedade o Senhor Conselheiro Moreira Júnior, criando na Sociedade de Geografia a Escola Colonial, hoje transformada em Escola Superior Colonial.

Na Exposição Universal de Paris, realizada em 1878, foi a Sociedade de Geografia de Lisboa a única que recebeu a *medalha de ouro*.

Em 1879 promove o primeiro inquérito que se fêz às Colónias portuguesas em países estrangeiros.

E nesse mesmo ano funda no Brasil uma sucursal da Sociedade que fica sob a presidência de honra do próprio Imperador D. Pedro.

Mais tarde, é a Sociedade de Geografia que pede ao Governo e consegue que se construa o caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal.

Os melhoramentos dentro do País e nas Colónias merecem-lhe, através da sua longa existência, atenções desveladas.

Vêmo-la pugnar pelas obras do pôrto de Lisboa; pelo estabelecimento do Cabo Submarino entre Cabo Verde e a Guiné. Organiza expedições científicas como a da Viagem à Serra da Estrêla, onde Emídio Navarro e o Dr. Sousa Martins tanto se notabilizaram, escrevendo um magnífico livro, ainda hoje digno de leitura.

É a Sociedade e Geografia que, muitos anos antes da criação do tribunal de Haia, sugere ao Governo a criação de um tribunal internacional para a solução pacífica dos conflitos entre os povos.



Mas se eu continuasse a relatar tudo o que a Sociedade de Geografia tem feito em prol da Nação e em benefício das Colónias, a visita que V. Ex.^{as} se propõem fazer, não se realizaria!

Limitar-me-ei por isso a acrescentar que foi ela que promoveu a celebração do 4.º Centenário da Índia, achando-se já então instalada na casa onde nos encontramos.

E do brilho que essa Comemoração revestiu, muitos ainda estarão lembrados.

De passagem direi que antes de vir para esta casa a Sociedade viveu na Rua do Alecrim, 89, 2.º, desde 1876 a 1882; na Travessa da Parreirinha, 5, 1.º, desde 1882 a 1890, e na Rua das Chagas, 5, desde 1890 a 1897.

Em todos os Congressos de Geografia que se têm realizado lá fora, a Sociedade de Geografia tem tomado sempre lugar e tem sempre desempenhado papel de relêvo.

O último Congresso para que foi convidada, não só a comparecer mas também a colaborar, apesar de se tratar de um Congresso Nacional, foi o Congresso de Ciências Geográficas que o ano passado se realizou no Brasil.

Brilhantes Exposições tem a Sociedade de Geografia realizado nas suas salas.

Refiro por exemplo a 1.ª Exposição Nacional de Cartografia, cujo catálogo ainda hoje é imensamente compulsado.

Refiro ainda a Exposição parcelar dos meios de transporte coloniais.

É na Sociedade de Geografia que existe a Comissão Permanente de Protecção aos Indígenas das Colónias Portuguesas, de que é presidente o antigo Ministro da Justiça e notável juriconsulto Conselheiro Dr. Sousa Monteiro.

Em 1914 enviou a Sociedade uma missão vacínica ao planalto de Benguela.

Em 1923 Portugal ingressou na «União Internacional de Geografia», ficando o Comité português a cargo da Direcção da Sociedade de Geografia.

Os três congressos coloniais Nacionais, realizados pela Sociedade marcaram pela sua elevação e pela sua importância.

Aqui se discutiu longamente o Acto Colonial, hoje lei do País.

O Instituto Colonial Internacional elege em 1931 seu presidente o presidente da Sociedade de Geografia.

Na Exposição Colonial do Pôrto, realizada em 1934, a Sociedade à encarregada da organização da sala de honra da Exposição.



¿E hoje, dirão V. Excelências?

Muitos ignoram a acção do passado e de que dei umas ligeiras pinceladas e ignoram também a do presente.

Quantos me dizem que não se inscrevem sócios da Sociedade porque, afinal, não dá bailes; não promove festas mundanas; não faz nada que atráia os sócios.

Esses queriam uma Sociedade de Geografia... mundana!

Outros, desdenhando da sua acção cultural, dizem que, afinal, a Sociedade pouco mais faz do que realizar conferências maçudas.



Para avivar a memória de uns e esclarecer o juízo de outros, afim de que todos possam vir auxiliar-nos e contribuir para o prestígio da Sociedade, enumerarei sucintamente alguns dos serviços que a Sociedade continua prestando à Nação, na defesa do seu bom nome, na divulgação da sua cultura e na propaganda e engrandecimento dos nossos domínios Ultramarinos.

Notável é a acção cultural da Sociedade. A sua tribuna é ocupada pelos melhores valores nacionais e estrangeiros.

Ainda agora o ilustre professor polaco Sr. Bogdan Zaborsk se mostrou imensamente penalizado por não ter podido realizar uma conferência na nossa Sociedade.

A Sociedade de Geografia está sempre na vanguarda da defesa do bom nome português lá fora. Onde aparece um desmando, uma incorrecção de carácter geográfico, a Sociedade corrige-o logo.

E é consultada constantemente por nacionais e estrangeiros sôbre assuntos geográficos e coloniais.

A Sociedade promove o engrandecimento das nossas Colónias, estudando os seus problemas pelas suas Comissões e Secções de estudo. E faz a sua propaganda intensiva com a realização anual da Semana das Colónias.

Nas Colónias promove a realização do «dia da Metrópole», para afervorar a devoção patriótica dos seus colonos.

Com as Colónias Portuguesas no Estrangeiro procura manter constante contacto, como o comprova a respectiva secção do nosso Boletim.

O Intercâmbio Escolar, destinado a aproximar a mocidade estudiosa do Continente e das Colónias e até do estrangeiro é outra criação sua que tem sido copiada no estrangeiro.

O Boletim da Sociedade é um excelente factor da divulgação da cultura portuguesa.

O Museu da Sociedade que V. Ex.^{as} vão apreciar e que tem sido enriquecido à custa de constantes e porfiados esforços, é obra exclusiva da Sociedade de Geografia, pois fracos foram os elementos que o Estado lhe forneceu, em 1892, quando lhe entregou, por decreto, o Museu Colonial.

A Biblioteca da Sociedade, a melhor do seu género em Portugal e que não receia confronto com Bibliotecas similares estrangeiras, é outro serviço que a Sociedade presta à cultura portuguesa, e até à cultura estrangeira. Muitos estrangeiros aqui vêm consultar as obras que em nenhuma outra parte encontram.



Mas, enfim, é tempo de terminar esta enfadonha digressão pelas efemérides da Sociedade e pelos serviços que prestou no passado e presta no presente à Nação.

Pedindo-lhes desculpa, vamos dar início à visita, pois foi para a realizar que vieram até junto de nós.

Palestra proferida na visita dos «Amigos de Lisboa» à Manutenção Militar em 15 de Abril do corrente ano

pelo Sr. Tenente RODRIGO DE MATOS AZEVEDO LEAL JUNIOR

Na minha qualidade de oficial de serviço no dia de hoje a esta Manutenção Militar, fui encarregado pelo Ex.^{mo}. Director d'êste Estabelecimento de facilitar, na medida do possível, aos AMIGOS DE LISBOA, uma visita a tôdas as dependências d'êste tão importante Estabelecimento do Estado, para o que, confesso, me sinto pequeno entre tão ilustres visitantes.

Adentro dos meus limitados conhecimentos procurarei desvencilhar-me d'êste pesado encargo, proporcionando a V. Ex.^{as} uns momentos de distração, sob a condição de me relevarem, tanto quanto possível, tôdas as deficiências que involuntariamente eu apresente.

Até há pouco tempo pessoas havia, algumas de certa representação social, que estavam convencidas de que a Manutenção Militar não era mais que uma grande fábrica de pão para o Exército. Isso é de lamentar e, certo estou que, após a vossa visita, algo de útil lhes terá sido proporcionado para bem e facilmente reconhecerem o êrro em que aquêles têm elaborado.

A Padaria Militar, que a Manutenção Militar veio substituir, foi inaugurada em 23 de Fevereiro de 1862 numas dependências do antigo quartel do Regimento de Infantaria n.º 2, estabelecida num velho casarão da rua 24 de Julho, junto às Escadas da Rocha Conde de Óbidos.

Esta unidade e o então Regimento de Infantaria n.º 7 foram os primeiros consumidores dos produtos do novo Estabelecimento.

Até então, o fornecimento ao Exército estava entregue aos comerciantes e arrematantes, que procuravam satisfazer da melhor forma, sem desprezar um pouco os seus inconfessáveis interesses. Era um sentimento justo, até certo ponto humano, ainda que pouco de admitir, como base de uma sã administração.

O crescente desenvolvimento dos serviços da Padaria Militar e a necessidade de os melhorar por forma a obter-se, em todo o país, uma distribuição de pão de tipo uniforme, fabricado com farinhas não só de boa qualidade como também absolutamente puras, levaram o Governo a pensar na montagem, no referido Estabelecimento, de uma fábrica de Moagem.

A Padaria Militar, porém, dentro das suas acanhadas e exíguas instala-

ções, não estava à altura de, condignamente, se desempenhar de tal missão, não obstante as constantes reparações que lhe haviam sido feitas.

Foi devido a este estado de coisas e à ruína que a pouco e pouco ia inutilizando a acção da Padaria Militar, que o Governo se viu obrigado a escolher o antigo convento das Carmelitas, sito no Beato, e conhecido do vulgo pelo nome de convento das Grilas, para nêle instalar, com a denominação de Manutenção Militar do Estado, onde ainda hoje está e se desenvolveu, o actual Estabelecimento, que satisfaz em absoluto ao fim para que foi criado e teve em vista o grande estadista Mariano de Carvalho, uma das figuras mais salientes do seu tempo e que várias vezes foi ministro da fazenda.

E é neste local que, desde Agôsto de 1896, funciona este tão grande e importante Estabelecimento fabril do Ministério da Guerra que, por decreto de 11 de Junho de 1897, foi definitivamente organizado.

A M. M. foi dotada a pouco e pouco com os meios materiais indispensáveis à sua crescente actividade, devendo-se aos seus directores a intelligência das normas seguidas e a reunião do conjunto de elementos a que rapidamente se poderá recorrer, de forma a permitir-lhe agir com garantia absoluta, dando o seu incondicional apoio aos poderes constituídos, sempre que fôr preciso.

Para o seu desenvolvimento muito contribuiu o então director, coronel Vasconcelos Dias que, desde 1911, a colocou a-par dos melhores estabelecimentos similares do estrangeiro, seguindo-se-lhe Schiapa de Azevedo, Linhares de Lima, Férrer Franco e outros que, deixando bem vincado os seus nomes ligados ao Estabelecimento, o souberam elevar à altura da missão para que fôra criado.

Actualmente, pode afirmar-se, a Manutenção Militar é um dos principais estabelecimentos militares e um dos melhores do país, e mesmo da península, com a sua sede nesta cidade e com Sucursais e delegações espalhadas pelos principais centros militares do país, em número de 35 aproximadamente e que, além da sua função como Estabelecimento produtor do Ministério da Guerra, nos dá uma perfeita idéia de uma escola militar de aperfeiçoamento.

É aqui que, após a instrução militar, as praças com a profissão de padeiro, forneiro, magarefe e cortador, se applicam mais cuidadosamente para que os seus serviços possam ser aproveitados com vantagem e eficiência em tempo normal e de guerra.

Mas, não é só pessoal militar que actua nesta casa; também o elemento civil, que, em grande número, aqui emprega a sua actividade.

Ao pessoal militar são-lhe dispensadas as mesmas regalias que em qualquer outro organismo militar lhe é permitido usufruir.

O pessoal civil dispõe, quando doente das regalias previstas no regulamento da Manutenção Militar; tem a sua Caixa de Previdência; os seus refeitórios apropriados, onde toma as refeições, e usufruem de uma creche para os seus filhos, onde são cuidadosamente tratados durante as horas de trabalho.

Ainda como elemento de assistência para os operários, foi recentemente

criada nesta Manutenção uma escola de educação literária e profissional destinada aos filhos daqueles e na qual os futuros operários adquirirão ali os seus primeiros conhecimentos.

Obedecendo a determinações e a um plano previamente organizado, a Manutenção Militar tem hoje também sobre si a grande responsabilidade da administração da verba destinada à alimentação das praças de quasi todas as guarnições militares do Continente.

O desejo de alimentar as praças, dando-lhes o que pelos regulamentos lhes pertence, tem sido uma preocupação justa, de que por forma alguma não nos podemos alhear, por mais difíceis que sejam as emergências que se deparem. Assim tem sido compreendido por quem tem o direito de mandar.

As vantagens alcançadas e a alcançar com este sistema, visto que a alimentação do Exército, duma maneira geral, tem influência moral e material no espirito das tropas, são as seguintes:

- Porque assim se consegue que a alimentação seja a mesma para todas as praças da guarnição;
- Porque a guarnição militar, e até a própria população civil, podem contar, em casos de anormalidade, com os recursos existentes nos depósitos das Sucursais e Delegações;
- E ainda porque liberta os Comandos das unidades abastecidas da preocupação, hoje importante, de obter as subsistências indispensáveis e necessárias às suas tropas.

A Manutenção Militar, portanto, não é mais que um grande Estabelecimento, ao qual lhe é destinado o encargo do fabrico de produtos alimentares para a força armada, em especial, podendo, contudo fazer fornecimentos aos estabelecimentos e instituições oficiais e, em casos anormais ao público, desde o pão, bolacha, massas, carnes frescas, salgadas e fumadas, legumes, etc., até aos componentes destinados à alimentação dos solípedes. É assim considerado o organismo base e principal do Serviço de Subsistências do Exército Português que, sem descuidar a sua função militar, colabora grandemente com o Estado Novo na política de Abastecimento Nacional.

Para isso tem a Manutenção os seus serviços comerciais, com uma secção mercantil destinada a recolher as informações comerciais de todas as origens, formular estatísticas e a desenvolver as relações com os comerciantes estrangeiros e nacionais, e a manter uma estrita e íntima ligação com os organismos de Coordenação Económica que, no momento actual, lhe têm facilitado extraordinariamente a sua missão.

Tem a Manutenção Militar prestado e presta, o que é lícito reconhecer, os melhores serviços nos transes mais difíceis da vida de alguns governos, que a ela têm recorrido, como principal e único elemento para normalizarem a vida

da Nação, tanto nos momento mais agitados, revoluções e greves, como nos dias de maiores dificuldades no reabastecimento ao público.

A Manutenção Militar não pretende, e jamais pretendeu, concorrer com o comércio ou com a indústria particular. A sua função, repito, adentro da sua esfera de acção, não é mais que procurar satisfazer, cabalmente, ao fim para que foi criada e que é de reconhecida utilidade pública.

A Manutenção Militar tem uma condição ideal: o de não receber do Estado senão o que lhe é devido pelos seus serviços.

Com a sua autonomia própria, graças aos recursos das suas fábricas, ela canaliza para os cofres do Estado grandes proventos.

A Manutenção Militar, graças a uma sã administração, vive desafogada e mostra à evidência que é um Estabelecimento essencialmente útil.

O seu pessoal superior é constituído por oficiais do quadro do Serviço de Administração Militar; o pessoal militar subalterno por sargentos e praças do mesmo Serviço, e o pessoal subalterno civil por amanuenses de ambos os sexos, operários especializados e operárias serventes.

Pertencem ainda ao quadro do pessoal superior os engenheiros especializados, médico, veterinário, analista, dentista e radiologista.

A administração do Estabelecimento é exercida por um conselho de Administração, composto de director, como presidente, do sub-director e do oficial imediato mais graduado.

Os organismos produtores e de execução desta Manutenção Militar estão assim distribuídos:

- Serviços Industriais, divididos em 4 secções, a que correspondem a moagem, a panificação e a fábrica de produtos alimentares, oficinas auxiliares e serviços eléctricos;
- Serviços Comerciais, divididos em 5 secções: mercantil, géneros e forragens, expedição, depósito de trigos, produtos de moagem, depósito de pão, depósitos gerais de material, taras, óleos, combustíveis e de materiais de construção.
- Serviços de Contabilidade, que compreendem 4 secções: movimento geral, processo e liquidação de tôdas as despesas respeitantes a vencimentos de pessoal, tesouraria, arquivo e orçamento.
- E, por fim, pelos Serviços Gerais, com 5 secções, a que correspondem a secretaria geral, assistência ao pessoal civil e militar, serviços sanitários, obras e laboratório.

A Manutenção Militar tem também a seu cargo as messes para oficiais em Lisboa, Pôrto e Caxias, com alojamentos para oficiais e suas famílias e funcionários categorizados.

Dispõe também de um grande depósito de vinhos, junto à estação de Mar-

vila, e tem, a pouco e pouco, intensificado as explorações agrícola e pecuária que dispõe nesta Sede e Sucursais.

Pôsto isto, e, para finalizar, cumpre-me apresentar a V. Ex.^{as} os cumprimentos de boas-vindas, de que o Ex.^{mo} Director dêste Estabelecimento Sr. tenente-coronel José Mesquita, me incumbiu de transmitir, visto, nas suas obrigações de serviço, ter sido forçado a ausentar-se hoje da cidade.

A todos, V. E x.^{as}, mais uma vez, apresento as minhas desculpas pela forma pouco clara como dissertei sôbre êste Estabelecimento, mas que a fôrça das circunstâncias, a isso me obrigou, pelos motivos já expostos no início desta minha ligeira e despreziosa palestra.

Na impossibilidade de V. Ex.^{as} se dividirem em grupos, visto não ser de aconselhar a abertura simultânea de várias dependências, obrigar-me-ei a solicitar-lhes o favor de me acompanharem na peregrinação a que vamos dar início através dêste Estabelecimento, durante a qual eu esclarecerei, na medida do possível e dentro dos meus limitados conhecimentos, tudo que V. Ex.^{as} se dignarem desejar saber ou conhecer, com a condição de não se esquecerem que, dada a complexidade dos vários serviços desta Manutenção Militar, impossível, por vezes, me será permitido entrar na minúcia, que só aos técnicos ou especializados compete saber.

A todos muito obrigado.

A igreja de Nossa Senhora de Jesus

por FERREIRA DE ANDRADE

(Continuação do número anterior)

Os dois púlpitos, que julgamos datarem do século XIX, são de madeira pintada de branco e não de pedra lavrada como erroneamente anda escrito em algumas publicações.

Sob o côro, na parede da fachada principal, veem-se alguns pequenos painéis, representando um dêles *O nascimento de Jesus* que é atribuído, segundo Volkmar Machado ⁽⁶²⁾, a Bernardino Costa Lemos, discípulo de Joaquim da Rocha, pintor a quem o convento e a igreja de Jesus ficaram devendo, como adiante se verá, admiráveis trabalhos.



As capelas de Nossa Senhora do Monte Carmo e de Nossa Senhora da Escada

A igreja de Jesus tem hoje, dentro do corpo principal — nave e transepto — 15 capelas, menos uma das que possuía antes de feita a comunicação entre a nave e o ante-côro.

Uma a uma passemos a descrevê-las.

Do lado esquerdo de quem entra no templo, ainda sob o côro, estão duas capelas, ambas resguardadas por portas de madeira gradeada e dourada. Têm, como a maior parte das restantes, um arranjo moderno, o que é muito de lamentar, dado o cunho seiscentista da architectura de todo o templo.

A primeira, da invocação de Nossa Senhora do Monte Carmo — corresponderá à que em 1834 ⁽⁶³⁾ tinha êste orago? — possui as seguintes imagens: St.^a Luzia, S. Pedro e S. Sebastião ⁽⁶⁴⁾; e a segunda, de Nossa Senhora da Escada — que já se denominou de S. João Braz — as esculturas de S. Miguel e S. João Baptista, antigas, as do Santo Condestável e St.^a Rita, modernas, e a de Nossa Senhora da Escada.

⁽⁶²⁾ *Memórias*, pág. 94.

⁽⁶³⁾ Consta a sua existência de um inventário da Igreja desse ano.

⁽⁶⁴⁾ Esteve na Capela de S. José. Idem.



Em breve parêntesis, e para expremirmos a nossa opinião sôbre a origem da Imagem de Nossa Senhora da Escada existente neste templo, temos de recordar a história da Ermida que com a mesma invocação existiu até à segunda metade do século XVIII, junto da igreja de S. Domingos, no local onde hoje se ergue o prédio que esquina do Largo de S. Domingos para a Travessa Barros Queirós.



Ignora-se por completo a data a que remota a origem desta Ermida que primeiramente se chamou da Corredoura e depois da Purificação ⁽⁶⁵⁾. Na *História Eclesiastica* afirma D. Rodrigo da Cunha que foi fundada no tempo do Bispo D. Gilberto *q̄ foi o primeiro q̄ esta Igreja teve depois de ganhada a cidade aos mouros* ⁽⁶⁶⁾.

Pinho Leal ⁽⁶⁷⁾, baseado certamente neste historiador, também nos diz que *ela foi edificada durante o longo reinado de D. Affonso Henriques*, acrescentando, o que nos parece ousadia demasiada, que alguns *escriptores supõem que foi fundação gothica*. Desta opinião não encontramos rasto em documento algum.

Carvalho da Costa ⁽⁶⁸⁾ não acrescenta algo de novo às informações expendidas pelos escritores citados, pois funda-se nos informes de D. Rodrigo da Cunha e Frei Luís de Sousa: *do fundador não há memória & só consta que foy seu bemeifeitor Pedro Affonso Mealha, Veador da Fazenda del Rey D. Fernando, & seu grande valido, o qual a mandou reparar de novo, & está sepultado em huma das capelas que lhe ficam debayxo*.

Frei Luís de Sousa ⁽⁶⁹⁾, não duvidando de que a Ermida fôsse a primeira casa que na cidade se edificou a nossa Senhora, depois de lançados os Mouros, estranha, no entanto, que se não fale nela na certidão do Bispo Regeuse pere confrontação do nosso Convento de S. Domingos.

Por sua vez Frei Agostinho de Santa Maria diz-nos no seu bem elaborado *Santuário Mariano* ⁽⁷⁰⁾: *a ser muyto mais antiga esta igreja que a de S. Domingos não tem questão algũa*. E mais adiante: *do tempo de El Rey Dom Affonso Henriques se achão memorias de grande veneração, que já tinham com o Senhora da Purificação, pelos muytos milagres que obrava*.

⁽⁶⁵⁾ *História Genealógica*, t. III, pág. 178; *Corografia*, Carvalho da Costa, t. III, pág. 395; *História de S. Domingos*, Frei Luís de Sousa, t. I, livro 111, pág. 369. (Edição 1866); *História Eclesiastica* de D. Rodrigo da Cunha, pág. 160 v.

⁽⁶⁶⁾ Pág. 169 v.. Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, vol. III, pág. 522, igualmente cita que se conserva sua memória desde o Bispo D. Gilberto.

⁽⁶⁷⁾ *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, pág. 230.

⁽⁶⁸⁾ *Corografia*, t. III, pág. 395.

⁽⁶⁹⁾ *História de S. Domingos*, vol. cit., pág. 369.

Protegida e venerada pelos nossos Monarcas ⁽⁷¹⁾, visitada por santos e heróis, perseguida de estranhos, Nossa Senhora da Escada foi, na cidade de Lisboa, uma das Imagens mais adoradas pelo povo — *A gente da cidade, como na Virgem da Purificação, ou da Escada, acha remédios de todas as suas necessidades a ella acode cõ grande affecto & Concurso em particular nos dias que lhe são consagrados pela Igreja* ⁽⁷²⁾.

Qual a razão porque consagrou o povo o nome de Nossa Senhora da Escada à imagem que tão ardentemente venerava, preferindo-o ao de Nossa Senhora da Purificação? Frej Luís de Sousa ⁽⁷³⁾, como outros escritores já mencionados, explica-o claramente: *A ermida que o povo chama de Nossa Senhora da Escada (sendo seu proprio e antigo titulo da Purificação) por ser casa de sobrado e se sobir a ella por muytos degraos* ⁽⁷⁴⁾ *de huma escada de pedra que cae no adro, e circuito, que antigamente tomava a alpendrada q̄ ficava diante d'ella e da porta principal da igreja.*

A razão da altura em que estava construída a nave da ermida, dá-a Júlio de Castilho ⁽⁷⁵⁾: *de certo por causa das inundações habituais do sitio.*

A diferença de nível entre as naves desta capelinha e a da adjacente igreja de S. Domingos mostra-nos bem que a fundação desta foi posterior á daquela.

Mas adiante...

Várias procissões votivas se efectuavam à Ermida de Nossa Senhora da Escada. A mais antiga cita-a D. Rodrigo da Cunha ⁽⁷⁶⁾ quando nos informa: *não se pode negar haver por aquelle sitio hũa ermida a q̄ chamavão Nossa Senhora da Corredoura, & a quẽ a gẽte domar & navios q̄ anchoravam no estreito, q̄ até ali chegava de q̄ não ha muitos annos se acharão grãdes vestigios, fazião hũ dia depoyz das Kalendas de Fevereiro festa particular. Entre as procissões, era hũa no dia 1 de Fevereiro á tarde, a Nossa Senhora da Corredoura. «Kalend. Februarii, vespere fit processio ad Sanctam Mariam de Corredoura», são palavras q̄ achamos escritas no principio de hũ livro de obitos desta sé & nos quizerão dizer se achavão tambẽ em outro de S. Vicente de fora & por ventura se fazia a procissão na vespera á tarde per ficar a manhã do dia desempedida para o officio & benção de cera.*

Quando da vitória dos portugueses em Aljubarrota o Senado de Lisboa decretou em acção de graças uma procissão á Imagem da Senhora.

Ao facto refere-se — baseado na Crónica de D. João I, onde já se cita a

⁽⁷⁰⁾ Tómo I, pág. 51.

⁽⁷¹⁾ Foi durante o tempo em que os soberanos habitavam o Palácio dos Estaos, capela Real.

⁽⁷²⁾ *História Ecclesiástica*, D. Rodrigo da Cunha, pág. 160 v.

⁽⁷³⁾ *História de S. Domingos*, vol. cit., pág. 369.

⁽⁷⁴⁾ F. Agostinho de S. Maria cita o número 31 (*Santuário*), tómo I, pág. 51.

⁽⁷⁵⁾ *Lisboa Antiga*, vol. IV, pág. 294.

⁽⁷⁶⁾ *História Ecclesiástica*, Parte I, cap. XLIV, n.º 1.



Nossa Senhora da Escada com o manto e escapulário oferecidos pela Rainha D. Estefânia



Imagem de Nossa Senhora da Conceição da Escada existente num dos altares da Igreja de Nossa Senhora de Jesus.

A gravura que publicamos mostra-nos a imagem liberta dos panejamentos que actualmente a cobrem. Repare-se na perfeição da sua escultura embora que mutilada com sucessivos restauros.



Imagem de Nossa Senhora da Purificação (ou da Escada) que se encontra, actualmente, num dos nichos do corredor da sacristia da Igreja de S. Domingos. É uma obra perfeita da arte religiosa. Não só pelo significado histórico como pelo seu grande valor artístico esta imagem deve ser exposta à admiração dos fiéis num dos altares da igreja

Ermida com o orago de Nossa Senhora da Escada — Frei Luís de Sousa ⁽⁷⁷⁾ que acrescenta: *A procissão á Ermida era no dia 1.º de Maio e depois mudou-se para 2 de Fevereiro. D. Rodrigo da Cunha ⁽⁷⁸⁾ por sua vez elucida que a procissão durou muitos anos & acabou cõ a entrada dos castelhanos.*

No *Portugal Antigo e Moderno* ⁽⁷⁹⁾, escreveu Pinho Leal que esta procissão saía da igreja de S. Jorge para a casa da Senhora da Escada. Duvidamos em absoluto da veracidade desta afirmativa.

Da devoção havia pelos nossos Monarcas à Santa fala-nos, entre outros cronistas, Fernão Lopes ⁽⁸⁰⁾ que nos conta também a visita feita por Nuno Álvares Pereira á Ermida de Nossa Senhora da Corredoura ⁽⁸¹⁾.

Bastantes anos antes, já D. Afonso II mostrara a sua grande veneração pela Ermida quando, ao edificar o seu Convento de S. Domingos, não a mandou demolir, pois respeitando a sua muita antiguidade, he grande devoção q̃ o povo lhe tinha, sendo-lhe necessario... o soilo que occupava a ermida... assi dispoz a traça que nem a Senhora perdesse o q̃ tinha nem a igreja ficasse arreada, antes mais ayrosa cõ a tribuna, que corre ao longo da parede esquerda, que lhe dá notavel graça, assi que o Rey antes quiz, que as capelas do Evangelho, q̃ respondem ao corpo da Igreja ficassem debaixo da abobada, que serve de pavimento á Ermida, que tirar a Senhora do lugar, que de tãtos annos atras possuhia.

Relatando vários factos que nos demonstram a enorme devoção que os reis tinham a esta Senhora e Ermida, Frei Luís de Sousa e D. Rodrigo da Cunha falam-nos da visita que D. João I, sentindo próxima a morte, lhe fêz na sua última vinda de Alcochete para Lisboa; de D. Duarte que, não se contentando com as bemfeitorias, q̃ naquella Ermida tinha feito El-Rey seu pay mandou consertar de novo e lhe fez a esmola de hua alampada perpetua; do Infante Santo que junto da imagem orou e se comungou antes da trágica partida para Ceuta; de D. Afonso V que ali se recolheu por uns momentos e ouviu missa horas antes de debandar para a conquista de Arzila; de D. João III que a dotou de cuidados especiais quando dos estragos sofridos pelo terremoto de 1531.



Decorreram alguns anos.

Lisboa é entregue às hostes de Filipe II. O ódio que em Aljubarrota se fundira entre portugueses e castelhanos renasce de novo. A procissão à Nossa Senhora da Escada é, naturalmente, dado o seu significado patriótico, proibida.

⁽⁷⁷⁾ Vol. cit.

⁽⁷⁸⁾ Vol. cit.

⁽⁷⁹⁾ Vol. cit.

⁽⁸⁰⁾ *Crónica de El-Rey D. João I*, cap. 153.

⁽⁸¹⁾ Transcrição que Júlio de Castilho fêz no vol. IV da *Lisboa Antiga*, pág. 295 e seg.

Depois...

Não. Antes de prosseguirmos façamos uma advertência.

Até aqui tem falado a história pela pena dos seus cronistas, mas dêste passo em diante somente a tradição tem lugar.

Quando foi proibida a procissão votiva pela vitória de Aljubarrota, os castelhanos violaram o Santuário e, então, mãos piedosas e ocultas conseguiram transferir a imagem para o Convento de Jesus.

Assim se tem pretendido justificar a existência, num dos altares dêste templo, da imagem de Nossa Senhora da Escada. Sòmente uma *memória* guardada no cartório da igreja de Jesus (onde vem publicado o *Breve* do Papa Pio VI de 26 de Abril de 1780 que concede à Irmandade autorização para que tôdas as missas por alma dos irmãos gozem dos benefícios de indulgências plenárias) depois de recordar a história da imagem da Ermida do Rossio, nos conta que em 1580 os soldados castelhanos a golpearam e saquearam a Ermida... e, ainda, que a *Imagem foi retirada das ruínas e escondida numa pequena ermida existente no sítio deserto dos Cardaes... e edificando-se o Convento de que fazia parte esta igreja foi colocada num oratório da escadaria que dava passagem dos claustros para as tribunas da capela mor.*

Isto diz a lenda.

Saindo, porém, da tradição e voltando à análise dos documentos que, infelizmente, escasseiam bastante, vejamos o que há de verídico sòbre o facto. D. Rodrigo da Cunha que escreveu, como se sabe, a sua *História Ecclesiastica* em pleno domínio dos Filipes é natural que não nos tenha legado qualquer informação do desacato cometido pelos castelhanos à Imagem de Nossa Senhora da Escada, não citando, também, a passagem desta para o Convento de Jesus. O mesmo já não podemos dizer de Frei Agostinho de Santa Maria que nos historia a imagem muitos anos depois da restauração da nacionalidade. Referência alguma nos faz o *Santuário Mariano* da saída da Imagem de Nossa Senhora da Escada; antes pelo contrário, localiza-a num nicho do retábulo do altar mor da Ermida do Rossio.

Carvalho da Costa ⁽⁸²⁾ na descrição que nos legou da Igreja do Convento de Jesus não nos cita sequer a Imagem de Nossa Senhora da Escada; unicamente nos fala de quatro imagens devotíssimas que são o *Santo Christo dos Cardaes*, *Nossa Senhora da Lembrança*, *Santo Antonio pobre* & *Nossa Senhora da Piedade*.

O terremoto de 1755 destruiu a Ermida, que, cremos, nunca mais abriu ao culto muito embora só em 1834 fòsse demolida para principiar a construção do prédio que hoje lá vemos.

Pela extinção da Ermida foram os seus bens dispersos; e as alaias entregaram-se a titulo de depozito, à Irmandade do Santissimo, da Igreja de S. Domingos. Passado tempo uma Irmandade pobre requisitou-as e foram-lhe cedidas.

(82) *Corografia*, Tòmo III, pág. 496.

A antiga imagem da Senhora ficou em S. Domingos e mora na Capela do Santíssimo⁽⁸³⁾, saindo de lá todos os anos para a Capela Mor onde se lhe faz festividade a 2 de Fevereiro. Isto conta mestre Júlio de Castilho⁽⁸⁴⁾ ao que nós acrescentamos estar actualmente a imagem resguardada dentro de um nicho no corredor que do cruzeiro vai para a sacristia do templo em frente da porta que abre para o pátio.

A imagem é lindíssima; é de estofa e está muito bem conservada. Será, no entanto, a mesma que nos descreve Frei Agostinho de Santa Maria?⁽⁸⁵⁾ A imagem da Senhora — diz-nos o cronista — está mostrando a sua muyta antiguidade, tem o menino Jesus sobre o braço direito; terá pouco mais de cinco palmos de alto; he de escultura estofada, e mostra ser de madeira. Sendo a mesma, temos de notar que o Padre Santa Maria errou, pois a Senhora tem o Menino no braço esquerdo e não no direito.

Que correlação haverá, pois, entre a imagem venerada durante séculos na pequenina Ermida de Nossa Senhora da Escada e hoje guardada num corredor da igreja de S. Domingos com a que existe e dá o seu nome a uma das capelas da nave do templo de Nossa Senhora de Jesus?

Quanto a nós ela não existe. A imagem que hoje se venera nesta igreja nada tem que ver com a da capelinha de S. Domingos. É natural, e para esta hipótese inclinamo-nos em absoluto, que a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Escada tivesse sido inspirada na devoção que sempre a gente do mar tivera pela Nossa Senhora da Escada da ermida do Rossio; daí o facto de àquela Irmandade pertencerem sempre todos os marinheiros e oficiais da armada. A Irmandade erecta em Jesus foi fundada em 1761⁽⁸⁶⁾ quando já não estava aberta ao culto a Ermida de Nossa Senhora da Escada.

Um outro facto vem ainda corroborar a asserção feita: a imagem existente em Jesus tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Escada, isto é — o próprio nome assim o indica — uma imagem da Santíssima Virgem do Mistério da Sua Puríssima Conceição que pela circunstância de ter estado durante muitos anos colocada num oratório da escada que da sacristia dava acesso às tribunas da Capela mor, começou a merecer o nome de Nossa Senhora da Conceição da Escada. Não será assim?

Esta imagem tem, contudo, igualmente a sua história. Assim o diz o *Esbôço Histórico* que está colocado junto da sua capela e foi escrito em 1895 por Manuel Joaquim Duarte, procurador da Irmandade de Nossa Senhora da

⁽⁸³⁾ J. Ribeiro Guimarães, no vol. IV, pág. 158 do *Sumário de Vária História*, escreve: *A primeira capella do cruzeiro é a da Senhora das Virtudes, e n'ella está tambem a imagem da Senhora da Purificação ou da Escada, da antiga ermida d'esta invocação.*

⁽⁸⁴⁾ *Lisboa Antiga*, vol. IV, pág. 301.

⁽⁸⁵⁾ *Santuário Mariano*, Tómo I, pág. 54.

⁽⁸⁶⁾ Artigo do Senhor Augusto Forjaz, in *Rosas de Santa Terezinha* revista do Padre Marques Soares.

Escada, o qual difere um pouco da *memória* a que nos referimos. Conta que quando do terremoto de 1755, muito embora o edificio tivesse ficado arruinado, o local onde a imagem estava colocada estrago algum sofreu. O facto — onde se viu um milagre de Nossa Senhora — levou bastantes devotos a quererem orar junto da imagem. E aqui surge uma dificuldade grande. Ao local do Oratório, no interior do Convento e por isso recolhido e de clausura, não podia ingressar o *devoto sexo* — na expressão curiosa do citado *Esbôço*. — Que fazer então? — Como satisfazer o desejo de milhares de fiéis? Só uma solução havia: transferir a imagem para uma capela onde as devotas pudessem livremente orar.

Assim se fez.

Obtida dos herdeiros de D. Antónia de Noronha, instituidora da Capela de S. João Baptista, a necessária autorização, foi para esta transferida a imagem; isto no ano de 1760.

A escultura que primitivamente era de estofa está, contudo, vestida, para o que lhe applicaram braços articulados.

O actual manto e escapulário foram oferecidos à Senhora pela bondosa Rainha D. Estefânia. *Bordaram-no mãos indianas cristãs, porque na India esteve a gema mais preciosa do que fomos* (87).

Impossível é attribuir à imagem uma época exacta, tantas têm sido as beneficiações sofridas.



Nas paredes desta capela de Nossa Senhora da Escada estão esculpidas duas lápides; uma que atesta a instituição da capela e outra que marca a data em que foi *renovada e ornada de novo*.

Reza a primeira (parede do lado do cruzeiro):

ESTA CAP.^a HE DE D.^a DAN.^{ta} DE ALTERO MULHER DO
D.^{tor} MANOEL AIRES DE ALMEIDA DEZ.^o DA CAZA
DA SUPLIÇÃO A QUAL COMPROU E DOTOU
COM 20 V È CADA HÛ ANNO COM OBRIGAÇÃO
DE MIÇA COTIDIANA E V P.^a A FABRICA E HÛ CA=
TARO DE AZEITE Q CONSTA DA ESCRIPTURA
FEITA NESTA CIDADE NA NOTTA DE LUIS CORREA
DALMEIDA E 13 DE 8bro DE 1651 A QUAL CAP.^a HE P.^a
SEU JAZIGO E DE SEU MARIDO E SEUS HERDEIROS
E SUCESSORES.

(87) Artigo de Augusto Forjaz, in *Rosas de Santa Terezinha*.

A segunda inscrição (parede do lado da galilé) acusa os seguintes dizeres:

ESTA CAPPELLA FOI RENOVADA E ORNADA TODA
DE NOVO PELA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO DA ESCADA A CUSTA DAS
ESMOLLAS QUE PARA ESSE FIM ADQUIRIO A MEZA
DA MESMA IRMANDADE PELOS SEUS IRMÃOS SEN=
DO IVIZ FRADESCO DOMINGUES EM O ANNO DE 1815



Na nave, na parede que separa as capelas que acabamos de descrever, está gravada esta outra inscrição:

ESTAS 15 COVAS CÔ SUAS SANEFAS
DESTE JAZIGO LAGEADAS S. DOS
IRMÃOS DE NOSSA SNORA DE IHS POR
CÔTRATO Q FIZERÃO CÔ OS P. P. DES=
TE CÔV.^{to} NAS NOTAS DO T.^{am} L.^o
DE FREITAS EM 2 DE AGOSTO DE 1637
ESTE LET.^o SE MUDOU NO ANNO DE
1677 SENDO ESCRIVÃO DESTA IRMÃ=
DADE ANT.^o SOARES DE CAVALEIRO NO
ABITO DE S. TIAGO E O PAGOU A SUA CUSTA

Capela de Nossa Senhora das Dôres

Já no corpo central da Igreja e seguindo na mesma direcção do côro para o cruzeiro, temos, como dissemos, quatro altares comunicando entre si e separados da nave por uma teia.

A capela de Nossa Senhora das Dores — a primeira — denominava-se em 1834 capela de Santo Cristo. É revestida com silhares de azulejos tratados a tinta azul, cuja composição representa alguns passos da vida de Santa Madalena.

Numa das paredes está a seguinte inscrição:

ESTA CAPP.^a COMPROV A ESTE CONVENTO D. FRA.^{do}
DA COSTA COMO POSSVIDORA DO MORGADO Q SEV PAI
JORGE DA COSTA ESCRIVÃO DA FAZ.^a QVÊ FALECEO
EM AFRICA NA BATALHA DEL REI D. SEBASTIÃO E SVA
MAI D. LVISA DE MESQVITA INSTITUIRÃO E DOTOV CÔ
290 RS D IVRO P.^a HUA MISSA QVOTIDIANA E FABRICA
DELLA TVDO POR ECRETVRA FEITA NAS NOTTAS DE AM=

BROSIO LOPES DE BARBVDA T.^{am} NESTA CID.^o QUE
 SVCEDEV NOS BENS DO DITO MORGADO POR MOR=
 TE DA DITA D. FR.^{ca} A ORNOV E POS NO ESTADO EN Q
 ESTA COMPROV OS DITOS 290 RS DE IVRO E MANDOV
 TRASLADAR A ELLA OS OSSOS DA DITTA D. LVISA DE
 SVAS FILHAS A DITA D. FR.^{ca} E DE D ISABEL DA COSTA

Imagens existentes nesta capela:

Um crucifixo do Senhor Cristo dos Cardais que já existia pelo menos em 1712 ⁽⁸⁸⁾ e deu durante muitos anos o nome a uma das capelas desta igreja; o Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dôres, modernas (de roca).

Capela de Santo António

Em 1834 existiam duas capelas dedicadas a Santo António — a Santo António Rico ⁽⁸⁹⁾ e Santo António Pobre. Hoje existe, sem distinção alguma, somente esta. As imagens que durante muitos anos foram veneradas pelo povo estão colocadas: a de Santo António Rico no oratório que está na sala da Irmandade do Santíssimo e a de Santo António Pobre, de que já fala Carvalho da Costa ⁽⁹⁰⁾ e cuja Irmandade foi instituída em 1610 ⁽⁹¹⁾, no corredor da capela do Noviciado. São duas belas esculturas do século XVII, que pena é não estejam postas nos seus lugares próprios o que enriquecia bastante o aspecto seiscentista do templo, mutilado com os arranjos modernos, anacrônicos, de algumas das suas capelas — e esta, que descrevemos, constitui um exemplo flagrante, nítido, desses *melhoramentos* introduzidos no século passado.

Imagens hoje existentes:

Sobre a ara, além de Santa Filomena, está um grupo escultórico (moderno) representando o Menino Jesus, Santo António e Santa Teresinha lançando rosas sobre Portugal; aos cantos, sobre duas peanhas, S. Vicente de Paula e S. Cura de Arce.

Ao alto do retábulo vêem-se (ignoramos qual o motivo) as armas de Portugal.

⁽⁸⁸⁾ Caryalho da Costa, *Corografia*, Têmo III, pág. 496.

⁽⁸⁹⁾ A Capela de Santo António Rico não seria decerto esta. Afirmamo-lo por saber que nessa capela estavam os quadros que depois foram para o côro; um dos quais, como mais adiante se anotar, está hoje no Museu Nacional de Arte Antiga (documento do arquivo da Academia de Belas Artes) e que pelas suas dimensões não caberia na capela hoje denominada de Santo António Pobre. A de Santo António Rico foi instituída por D. José Melo. «Mas em que capela da nave? Eis uma pergunta a que não podemos responder.

⁽⁹⁰⁾ *Corografia*, Têmo III, pág. 496.

⁽⁹¹⁾ Júlio de Castilho, *Bairro Alto*, Vol. III, pág. 308.

Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

É esta a antiga capela de Nossa Senhora do Egipto, segundo a lápide que está inscrita sôbre a porta lateral que comunica com a capela de Santo António e, actualmente, tapada pelo quadro de Santo Afonso de Ligório:

ESTA CAP.^a COMPROV DOTOV E ORNOV A SUA CUS=
TA D. ISABEL FI.^a TEM DE OBRIGAÇAM
MISSA COTIDIANA PERA TODO O SEMPRE E Ë
CADA HÛ ANNO DOVS OFF.^{os} SOLENES E DUPLEX
HÛ NO OITAVARIO DOS SANTOS OUTRO NO'DES=
CURSO DO ANNO E HUA MISSA CANTADA NO DIA
DA INVOCAÇÃO DA DITA CAP.^a DE. N. SNRA
DO EGIPTO PELLA ESMOLA DE TUDO DARÃO AO AD=
MINSTRADOR AOS P.^o O DITO CONVENTO
3000 RS CADA ANNO E 6000 RS MAIS DESPESAS
NA FABRICA DA CAP.^a NA FORMA QUE SE CONTE
NA ESCRITURA Q FOI FEITA EM LX.^a NAS NOTAS
T.^{am} FR.^{co} TAVARES E 24 DE OVTVBRO DE 1930 ANNOS

Em 1834 tinha esta capela a invocação de Jesu, Maria, José ⁽⁹²⁾; nela estava o grupo de que adiante falaremos e que hoje se encontra na capela da Sacristia bem como a imagem de S. Benedito.

As paredes são recobertas com interessantísimos azulejos, certamente da primitiva construção do templo; pintura em amarelo e azul.

Três telas ornam a parede do altar. Ao alto *A Coroação da Virgem* e, de cada um dos lados, dois pequeninos retábulos bastante curiosos de pormenor: *O nascimento de Nossa Senhora* e *O Casamento da Virgem*. Serão êstes últimos quadros os que Rachynski ⁽⁹³⁾ attribuiu a João dos Santos Ala? — *Deux tableaux de la Vierge, qui se trouvent à l'église de Jésus.*

O quadro que está sôbre a inscrição já citada representa S. Afonso de Ligório; veio de Roma e é cópia do trabalho original venerado na igreja da sua invocação. Nas costas tem os seguintes dizeres: *Esta imagem foi benzida pelo Papa Leão XIII e foi tocada no quadro original que se venera na Basilica de S.^o Afonso de Ligorio.*

Imagens:

Nossa Senhora do Rosário, tôda de prata e que veio do extinto convento do Sacramento em Alcântara ⁽⁹⁴⁾; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (escul-

⁽⁹²⁾ Inventário cit.

⁽⁹³⁾ *Dictionnaire*, pág. 2.

⁽⁹⁴⁾ Tem uma inscrição que assinala ter sido feita em 1636-37 pelos oficiais da Irmandade.

tura moderna); Nossa Senhora de Lourdes e Santo Afonso de Ligório (imagens pequenas e que estão assentes em peanhas nas paredes laterais).

Por cima da porta de comunicação para a Capela do Santíssimo está um brasão de armas e uma inscrição. Nesta, lê-se:

ESTA CAP.^a HE DE DONA ISABEL FR.^a DE PALMA
MOLHER QVE FOI DE FERNÃO MIZ MASCARE=
NHAS DALMADA H.^o NETO POR SEU PAI V.^{te}
DALMA.^{da} MASCARENHAS DE JOÃO VAS DALMA.^{da}
RICO HOME SÓR DA VILLA DE PEREIRA VEA=
DOR DELREI DOM A.^o S.^o E IRMÃO DALVORO
VAS DALMADA C.^{da} DABRANCHES E CAVAL.^{ro}
DA IARRETEA DO QUAL HE TRESNETO POR SVA
MAI DONA BRITES DABRANCHES — IAS NELLA
ENTERRADO Q FALECEO NA ERA DE 1630
E FOI COMPRADA — DOTADA E ORNADA DO NECESS.^o
Á CVSTA DA DITA DONA ISABEL P.^a SEU JAZIGO E
DO DITO SEV MARIDO E SEUS HERDEIROS

Capela do Santíssimo Sacramento

Tem um arranjo relativamente moderno. Pintura a óleo nas paredes, de um vermelho escuro, tendo ao centro, em fraca composição, um pelicano — expressão simbólica do Santíssimo Sacramento. As *cancelas* que a separam da nave vieram da antiga igreja paroquial, segundo consta de um documento do arquivo da respectiva Irmandade. Aos lados do altar dois anjos e sobre a ara um sacrário de madeira dourada encimado pelo mesmo palmípede.

Um crucifixo admirável e uma tela *A ceia do Senhor* de autor desconhecido e que esteve até à extinção das ordens religiosas no oratório da casa dos Gerais do Convento, completam a ornamentação deste altar, existente já com a mesma invocação em 1834 ⁽⁹⁵⁾.

Baptistério

Do lado da epístola e ainda sob o côro, passada a entrada para este (onde como já dissemos existia também uma capela) temos o baptistério. Cremos ter sido esta a capela que até 1834 tinha como orago Nossa Senhora da Piedade e onde existia a imagem que hoje se venera na capela do Senhor dos Aflitos. Nada de notável a assinalar, dada a sua pobreza e desinteresse histórico. A pia baptismal é moderna, data certamente da época em que o templo foi elevado

⁽⁹⁵⁾ Inventário cit. Em 1853 por resolução da Irmandade do Santíssimo Sacramento foi benecificada a capela.

a paroquial das Mercês. O altar é pertença do actual Prior e tem sobre êle uma tela alusiva ao Baptismo de Cristo da autoria do pintor Veloso Salgado. Anteriormente a êste arranjo havia sido a capela restaurada em 1853. Consta das actas da Irmandade do Santíssimo que nesse ano foram executadas obras — arranjo do retábulo, molduras para o painel, pinturas, estuques, *emblemas no tetó, armário de madeira de vinhático com faixas de pau santo*, etc., no valor de 43\$200.

Capela do Senhor dos Aflitos

Esta é, podemos dizer, a única capela cuja traça architectónica, arranjo e ornamentação resistiram incólumes aos erros cometidos no século XIX, em que o gosto rocóco e o desrespeito pelo nosso património artístico e espiritual imperaram tão abundantemente — período que constitui a terceira época na história dêste templo.

Conserva, pois, esta curiosíssima capela um sabor nitidamente seiscentista, em contraste absoluto com as restantes, onde, já o afirmámos, o anacronismo é bem patente.

Possui dois lindíssimos relicários resguardados por telas de relativo interesse pictórico.

A existência da imagem de Nossa Senhora da Piedade (hoje mais conhecida pelo Senhor dos Aflitos), da qual Carvalho da Costa ⁽⁹⁶⁾ já nos fala em 1712 como uma das mais veneradas, poder-nos-ia levar a supor ser esta a Capela da Piedade mandada erigir por Frei João da Madalena durante o tempo em que foi Provincial da Ordem ⁽⁹⁷⁾. Contudo, julgamos, por razões várias, ter a imagem pertencido à capela onde hoje está a pia baptismal, pois em 1834 ⁽⁹⁸⁾ existia além da que tinha como orago Nossa Senhora da Lembrança (e era sem dúvida esta que ora se estuda) a de Nossa Senhora da Piedade.

Frei Agostinho de Santa Maria ⁽⁹⁹⁾ fala-nos na existência, nesta capela, de uma imagem de Nossa Senhora da Lembrança. Carvalho da Costa ⁽¹⁰⁰⁾ igual-

⁽⁹⁶⁾ *Corografia*, Tómo III, pág. 496.

⁽⁹⁷⁾ *Compêndio*, etc. Frei Vicente Salgado, pág. 189. Frei João da Madalena escreveu a *Crónica da Sagrada Ordem da Província de Portugal e Algarve* que segundo a *Biblioteca Lusitana* (Tómo II, pág. 631) *se perdeu pela ignorância de hum Frade leigo que a reduziu a fragmento*. A Frei João da Madalena devem-se, também, além da capela de Nossa Senhora da Piedade, como já nos referimos, o levantamento da abóbada, o ante-côro, côro, cruzeiro, livraria do Convento, etc.

⁽⁹⁸⁾ Inventário cit. A existência no altar da imagem jacente de São Sabino levou a capela a ser denominada — meados do século passado — por Capela de São Sabino (Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento).

⁽⁹⁹⁾ *Santuário Mariano*, Tómo I, pág. 308 e 309.

⁽¹⁰⁰⁾ *Corografia*, Tómo III, pág. 496.

mente a menciona entre as imagens *devotissimas*, não nos informando, porém, onde estava colocada. Não se encontra presentemente em todo o templo. Ter-se-ia perdido no terremoto de 1755 ou existe ainda mas com outra invocação?

Ouçamos o que nos relata Frei Agostinho:

Nesta casa he tida em grande veneração huma devota imagem da may de Deus que nos princypios da fundação daquelle Convento collocou em huma das capellas da sua igreja o Bispo D. Frei Paulo da Estrella, religioso da mesma ordem & irmã Hieronyma Dias grande devota de Nossa Senhora; & impuzerão-lhe o titulo de Lembrança, querendo obrigar sem dâvida a esta piedosa may dos pecadores, a quem com este titulo muito se lembrasse delles; & como esta Senhora segundo diz S. Bernardo, he sollicita, & cuydada medianeira para com aquelle Senhor, que he o singular medianeiro para com o Pay: «Mediatrex aī mediatorum», he certo se lembraria muito delles. Estes mesmos se constituirão seus Padroeiros com uma missa quotidiana; & tem hoje este Padroado os filhos de Domingos Barreiros bisnetos de Hieronyma Dias».

Refere-se seguidamente o autor do *Santuário Mariano* à grande devoção da Santa de quem conta alguns milagres, acrescentando: *na sua capella & nas que ficam misticas a ella vem muytos quadros de merces que a Senhora tem obrado & muitas memorias de cera que testemunham outras muitas que obrou. Mais adiante da narrativa vem êste passo que necessita esclarecimento: Está colocada em a segunda capella do corpo da igreja quando se entra nella da parte da Epistolla em hum nicho do meyo do retabolo, que he de muito boa talha dourada.*

Ora sabendo nós que a implantação das capelas não foi alterada com o arranjo do templo após o terremoto e verificando que existe uma lápide que nos atesta ter esta sido instituída pelo Bispo Frei Paulo da Estrêla, como se compreende que Frei Agostinho de Santa Maria nos fale *em capelas misticas a ella*, e a situe como sendo *a segunda do corpo da igreja*, isto é, a localize onde é hoje a capela de Nossa Senhora da Apresentação e Candeia?

É crível que a lápide tivesse sido mudada? Não o cremos nós, embora saibamos — diz uma inscrição aposta numa das paredes — que a capela foi reconstruída em 1720.

Estamos, pois, quanto a nós, em presença de um êrro de Frei Agostinho de Santa Maria.

A imagem da Senhora — diz-nos ainda o citado cronista — he de rara fermosura; tem o Menino Jesus em pé sôbre as mãos & com muita graça está com o rosto inclinado para a May, & na mesma forma a Senhora com os olhos & atenção toda perto do Soberano Menino, como que lhe está falando, & ouvindo o que elle diz; he de excelente escultura, de madeira estofada, tem mais de seis palmos a sua estatura.



Os relicários que occupam a parte superior das paredes laterais têm três prateleiras divididas em cacifos; em cada um dêstes está sua relíquia, porém,

quási tôdas violadas. Duas delas estão actualmente no altar de S. José, como mais adiante se anotarâ.

Foi D. João Manuel, o Arcebispo protector dêste Convento, quem ofereceu à sua igreja muitas destas reliquias: *entre tantas dádivas que êste magnífico prelado fêz a êste Convento* — conta-nos um documento já mencionado ⁽¹⁰¹⁾ — *he sôbre tôdas digna de mayor estimaçam... dous espinhos da coroa de Christo; hum braço de Sancta Ursula, hum dente de Sancta Apolónia e outras mais digníssimas de veneração.*

Dos quadros *A Coroação da Virgem e Ressurreição* que cobrem os relicários e formam por conseguinte duas portas, desconhece-se o seu autor. Poder-se-ão imputar a André Gonçalves, pintor que, segundo Cirilo Volkmar Machado ⁽¹⁰²⁾, trabalhou para esta igreja em duas telas sôbre a vida de Nossa Senhora? Temos, no entanto, ao formular a pergunta, que recordar as palavras de Frei Agostinho de Santa Maria quando nos elucida ser esta *capella guarnecida de ricos quadros de pintura de Roma*. Que entender por *pintura de Roma*? Quadros executados nessa capital ou, muito simplesmente, pintura atribuída à escola italiana? Temos que seguir esta segunda hipótese, pois tudo nos leva a crer — técnica e composição — serem os quadros, efectivamente, obra de André Gonçalves.

Imagens existentes no altar:

Um Crucifixo e Nosso Senhor dos Aflitos nos braços de Nossa Senhora da Piedade, escultura esta, antiga e de grande devoção.

Inscrições:

(do lado do cruzeiro)

ESTA CAP.^a INSTITUIRAM O BPO D. FR PAU=
LO DA ESTRELA E SUA IRMÃ IHRN.^{ma} DIAS
E HER.^{os} BARREIROS DE CAR.^o E D. LUI=
ZA SUA M.^{er} NETA DA D. INSTITVIDOVRA Q
A FIZERAM E ORNARAM E DOTARAM A SUA
CVSTA P.^a SI E SEUS ERDR.^{os} COM 3 OV (?)
DE IVRO EM CADA ANNO NA SUA QUINTA
DAS PICOAS P.^a HUA MISSA COTIDIANA E
MAIS OBRIGAÇÕES Q SE DECLARAM NA ES=
CRITURA Q ESTA NAS NOTTAS DO T.^{am}

(do lado do baptistério)

ESTA OBRA SE FEZ Á CUSTA
DA IRMANDADE DE ESMOLAS
DOS FIEIS DO ANNO DE 1720

⁽¹⁰¹⁾ Códice n.º 145 (B. N. de L.).

⁽¹⁰²⁾ *Memórias*, pág. 73.

Capela de Nossa Senhora da Apresentação e Cadeia

A capela de Nossa Senhora da Apresentação e Cadeia era, como adiante se verá, no local hoje aproveitado para estabelecer a ligação da nave com o côro (103); esta que vamos descrever tinha como orago Santa Isabel da Hungria (104).

A Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento que foi Provincial da Ordem (105) se devem muitas das obras effectuadas depois do terremoto neste templo. Delas falaremos mais adiante. Por ora saiba o leitor que a êsse grande orador sacro, autor de vários trabalhos eclesiásticos de grande erudição (106), se deve, também, esta capela (de Santa Isabel da Hungria) (107) que substituiu a que ficou arruinada no terremoto de 1755.

Uma inscrição embebida na parede informa-nos:

ESTA CAPELA HE DE DIOGO FRZ
DA ROCHA E DISABEL DA GOARDA
SVA MOLHER TEM HU ANNAL E
MEYO DE MISSAS E DOVS OFF.º DE 9 LI=
ÇOIS CADA ANNO E AOS ADMINISTRA=
DORES DEIXARÃO 51 V 800 RS DE IV=
RO NA ALFAN.ª DESTA CID.ª CÔ ESTA
OBRIGAÇÃO FALLECERÃO EM 22 DE AG.º
DE 1645 E EM 13 DE ABRIL DE 1635

Dois quadros ornamentam as paredes laterais. Decerto pintura de João Tomaz da Fonseca que, segundo ainda Cirilo Volkmar Machado (108), executou alguns trabalhos neste templo. O facto dêste pintor ter sido contemporâneo de Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento e o confronto dêstes quadros com outros da sua autoria conduz-nos à afirmação expendida.

Representam êles dois passos da vida de Santa Isabel da Hungria que foi irmã franciscana e por isso bastante venerada neste convento.

Imagens:

Além da imagem da Santa que dá hoje o seu nome à capela — bastante moderna e que veio substituir a antiga, hoje no corredor da capela do Noviciado — vêem-se duas outras: Santo Estêvão e Santa Isabel da Hungria, estas antigas, de estofa, bastante curiosas e primorosamente esculpidas.

(103) Ainda existia neste local em 1834 (Inventário cit).

(104) *Compêndio*, etc., Frei Vicente Salgado, pág. 220.

(105) Foi eleito em 1777. *Compêndio*, etc., vol. cit.

(106) *Dicionário de Inocência*, Tômoo II, pág. 394.

(107) *Compêndio*, etc., pág. 219.

(108) Teria antes do cataclismo o mesmo orago?

(109) *Memórias*, etc., pág. 192.

Tanto a imagem de Santa Isabel da Hungria como a figura principal dos dois quadros lembram a nossa Rainha Santa. A confusão ainda hoje perdura, e um documento do arquivo da igreja chega a atribuir a esta capela o nome da virtuosíssima espôsa do nosso Rei D. Dinis.

Capela de Nossa Senhora de Fátima

É esta a antiga capela de Santa Margarida de Corretona que, segundo Frei Vicente Salgado ⁽¹¹⁰⁾, foi mandada arranjar pelo Ministro Geral da Ordem Frei José de Maine ⁽¹¹¹⁾, um dos espíritos mais cultos do seu tempo e fundador no Convento de Jesus do Museu de História Natural ⁽¹¹²⁾. Em 1834 era conhecida somente por capela de Santa Margarida.

Sobre uma das portas está aposta uma pedra armoriada, brasão dos Britos Freires, e ao lado da outra que lhe fica fronteira esta inscrição que atesta o senhorio da capela:

ESTA CAPELLA HE DE ESTEVÃO DE BRITO
FREIRE AONDE JAZ E SEUS HERDR.º SEU FILHO
GASPAR DE BRITO FREIRE PRIMEIRO ADMINIST=
TRADOR A MANDOV ARMAR COMO TES=
TAMENTEIRO SEV E DA INSTITUIÇÃO CONS=
TARÃO AS OBRIGAÇÕES DELLA Q FEZ EM SEV
TESTAMENTO E CONTRACTO COM OS PADRES DESTA
CASA CUIO CARTORIO ESTÃO OS TRASLA=
LADOS DE TUDO FAL.º EM 4 DE OVTV=
BRO DE ANNO.....

Imagens:

Nossa Senhora de Fátima — imagem bastante moderna; S. Luís rei de França e Santa Margarida de Corretona, antigas, sendo esta última mandada também executar por Frei José Maine (bem como a *banqueta e uma alampada de prata*) ⁽¹¹³⁾; S. Miguel, dentro de um pequeno nicho, escultura talvez de seiscentos, tendo as asas, o capacete e escudo de prata.

⁽¹¹⁰⁾ *Compêndio, etc.*, pág. 22.

⁽¹¹¹⁾ Nasceu a 7 de Junho de 1723 e faleceu a 23 de Dezembro de 1792. Foi confessor de El-rei D. Pedro III (Inocência, *Dicionário*, Vol. V, págs. 70 e 71). Tomou posse de Ministro Geral da Ordem em 1780.

⁽¹¹²⁾ Júlio de Castilho, *Bairro Alto*, Vol. III, pág. 292 e seg.

⁽¹¹³⁾ Frei Vicente Salgado, *Compêndio, etc.*, pág. 222.

Nas paredes laterais onde há dois painéis de azulejo policromo estão duas telas: S. Francisco e Santo António. Ambos os quadros são de autor desconhecido.

Capela de Nossa Senhora da Conceição da Casa

Conserva ainda em quási todo o seu arranjo (muito embora as incríveis pinturas a óleo que lhe têm sido impostas constituam flagrante desvalorização artística) um cunho antigo e deveras curioso pela harmonia e elegância das suas linhas architectónicas onde sobressaem as lindíssimas colunas que se erguem aos lados do retábulo, obra primorosa de talha.

Já existia com esta mesma invocação em 1834 ⁽¹¹⁴⁾.

Os quadros que ornarn as paredes representam *A Morte da Virgem e A Anunciação*. Este último julga-se ser cópia (?) do que existe em S. Roque, trabalho de Agostinho Marucci (1691-1758), pintor romano, discípulo de Carlos Maratti.

Imagens:

Nossa Senhora da Conceição (da Casa), de estofa, obra de grande valor, digna de apreço e, talvez, uma das mais antigas da igreja.

As duas Capelas do Cruzeiro

O terremoto de setecentos abalou, como já nos referimos, consideravelmente o transepto e o altar-mor dêste templo. *Cahio primeiramente a parede do oculo que ficava por cima da capella mor e arruinando o tecto que era de cantaria despedaçou todo o retabolo e todo o altar mor cahindo os arcos que devidião o cruzeiro...* ⁽¹¹⁵⁾.

Morosas foram, depois, as obras de reconstrução. Assim se depreende das diferentes datas que accusam os restauros das capelas.

Neste local da igreja que ora estudamos, tiveram acção enérgica e decisiva nas respectivas obras, Frei Manuel do Cenáculo e Frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento; o primeiro mandando reconstruir as *lunetas da capela mor e suas tribunas* ⁽¹¹⁶⁾ e o segundo cuidando do arranjo de pormenor, isto é: *da talha da capela mor, trono e pintura do teto por sábio Professor, os dois altares do cruzeiro com as imagens do Patrocinio, banquetas e outros mais castiças; as grades do cruzeiro e capela mor* ⁽¹¹⁷⁾.

Continua

⁽¹¹⁴⁾ Inventário cit.

⁽¹¹⁵⁾ *Papéis vários, manuscrito n.º 1229 (T. do Tombo)*.

⁽¹¹⁶⁾ *Compêndio, etc.* Frei Vicente Salgado, pág. 215.

⁽¹¹⁷⁾ *Idem*, pág. 219.

Coisas que faltam em Lisboa

Pelo Dr. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA

Em 12 de Abril último fêz o nosso consócio e iustre diplomata sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida, na sede do Grupo, uma conferência sob o tẽma, «Coisas que faltam em Lisboa», de que a seguir damos o respectivo resumo:

«Pedia à Direcção dos «Amigos de Lisboa» para que intercedesse junto da Câmara Municipal no sentido de adoptar a idéia exposta há poucos dias no jornal O SÉCULO pelo Sr. Gustavo de Matos Sequeira para a transformação da entrada da Avenida da Liberdade por considerar muito pobre um outro projecto, com arcarias, a que a Imprensa se referiu. Mostrou como obras idênticas foram feitas em Londres, Oslo e Turim onde se construíram bairros monumentais com a colaboração dos respectivos proprietários e sem dispêndio dos municípios.

Fêz depois várias considerações sôbre urbanismo dizendo que a Câmara precisa contrair um grande empréstimo para urbanizar convenientemente a cidade, pois que, sem dinheiro, disse, é impossível fazer urbanismo, e sugeriu, também, a propósito, a criação duma Comissão Municipal dos Promotores de Riqueza.

Passando depois a enumerar «as coisas que faltam em Lisboa», não se deteve nos melhoramentos grandiosos a que já se referiu em outras conferências, como sejam o Templo de Santo António, no Castelo de S. Jorge, o Metropolitan, Túneis, Viadutos e a Travessia do Tejo. Notou, porém, o que salta à vista de toda a gente, como sejam a falta de água e alegria nas ruas. Quanto à primeira disse que, tendo Lisboa o Tejo a seus pés, devia ser inundada de água, isto é, lavadas as ruas em vez de varridas, para se evitarem as poeiras sempre tão prejudiciais. E quanto à falta de alegria na população disse ser fácil remediar-se com música diariamente nos passeios, avenidas e cafés, bem como o toque de carrilhões, dizendo que se deve criar num relógio a «Voz de Lisboa» para a radiofundir como o fazem outros países.

Referiu-se a seguir aos depoimentos que os nossos architectos fizeram ultimamente na Imprensa sôbre o aquecimento dos prédios, mas nenhum dêles, disse, se referiu ao moderno sistema do aquecimento eléctrico dentro das paredes e que seria fácil obter-se desde que seja aproveitada a energia hidro-eléctrica dos nossos rios, e especialmente a do Tejo, nas Portas do Ródão, aqui tão perto.

Frisou também a falta dum Hospital e dum Teatro municipal, e dum Museu de Teatro como têm muitos municípios das capitais europeias.

E disse que nos faltam ainda uma passagem subterrânea ligando a Praça do Duque da Terceira com a estação do Cais do Sodré; um bloco moderno unicamente para escritórios por detrás do Teatro de D. Maria; blocos residenciais para a classe média em locais próprios como na Avenida Vinte e Quatro de Julho e Belém, pelo sistema da compra dos andares pelos futuros inquilinos; um Restaurante-Dancing-Bar em São Pedro de Alcântara; um Restaurante Vegetariano; um Café Automático; um Cinema-Jornal de espectáculos contínuos; espelhos nas esquinas das ruas para facilitar o trânsito dos automóveis; bilhetes de «correspondência» nos eléctricos, servindo para duas carreias; uma Bilheteira Central no Rossio para todos os teatros e cinemas com a locação de 10 %, acabando-se assim como a ignóbil exploração, consentida, dos contratadores, que não existe no estrangeiro, etc.

Lamentou também que os jornais da tarde saíssem todos à mesma hora, prejudicando-se mutuamente, quando podiam ter horas diferentes de saída com diferente noticiário.

Disse ainda que sendo Lisboa tão pobre em estátuas equestres, pois só temos uma, era de lamentar que não ficassem na capital réplicas das estátuas de D. João IV e de Mousinho, e acabou por dizer que se torna necessário criar um bom serviço de «táxis» que não temos, acabando com a promiscuidade imprópria entre os condutores e os passageiros.

Igrejas da Pampulha

(S. Francisco de Paula
e S. João de Deus)

por *SIDÓNIO MIGUEL*

(Conclusão)

A capela de S. João Baptista da igreja de S. Roque é hoje um museu de arte religiosa — não nossa, é claro, mas que teve a sua influência educadora. — É um museu de arte religiosa, ia eu dizendo, que não se encontra facilmente, no seu conjunto e unidade, na própria Itália, donde tudo quanto ali está nos veio.

Não ignoram V. Ex.^{as} que foi construída em Roma pelo famoso architecto Vanvitelli.



— Por isso, quando D. João V morreu, deixou o erário vazio, teimará algum de V. Ex.^{as}, menos evoluído das cousas que lhe ensinaram há trinta ou quarenta anos. Não é este o lugar para tal discussão evidentemente. Aconselho contudo esse meu ouvinte a que leia o insuspeito João Lúcio de Azevedo sobre a obra financeira do marquês de Pombal, onde encontra cousas que muito o abalarão sobre o que em matéria financeira se fez no reinado de D. José. Devo dizê-lo: não pretendo com isso amesquinhar Pombal, o que seria estulto. O terremoto bastou para justificar a penúria da fazenda pública em todo esse reinado e até em todos os seguintes.

A propósito e já agora, quero dizer a V. Ex.^{as} que algumas pessoas, das que tiveram a infelicidade de me ouvir há um ano em S. Nicolau, me chamaram «faccioso», por eu ali ter demonstrado quanto é falta de verdade histórica essa vulgar suposição do nosso lisboeta de que a varinha mágica de Pombal havia operado a reconstrução de Lisboa até à data oficial da inauguração do monumento a D. José I. Chamaram-me portanto «faccioso» porque disse a verdade, a tentar corrigir um pouquinho certas mentiras e certos equívocos. Farei todo o possível agora para que não fiquem também hoje a chamar-me faccioso e cousas piores, depois do que vou dizer, que é talvez quasi novidade para muita gente. Mas não deixarei de dizer a verdade e de aproveitar esta ocasião para

prestar o meu pequenino culto à justiça, tarefa que já comecei, quando salientei a V. Ex.^{sa} quanto devemos passar a rectificar essa opinião sobre as magnanimidades de D. João V. Foi, pelo menos, um rei do seu tempo.

¿A quem mais devemos nós justiça, uma pequenina justiça? ¿Com quem temos nós, sobretudo os lisboetas, uma dívida em aberto, em todo êsse reinado? Pois justiça devemos aos artistas italianos. O que por aí temos de bom dêsse tempo, e não apenas na música, como muita gente julga, mesmo da que se considera culta, foi quasi tudo obra dêles, da sua mão, do seu ensino, da sua influência.

De facto, quando um dia se fizer a história da nossa Lisboa, não por freguesias, por bairros, ou por igrejas, mas por épocas, por séculos, por exemplo, difficilmente poderemos dar ao século XVIII da nossa Lisboa outro título em tal matéria que não seja o de «século italiano», tal como por exemplo fazemos na literatura com o nosso século XVI, que justamente consideramos de influência italiana, tão visível em todos os nossos poetas e escritores de Sá de Miranda para cá. Note-se que já no século XVI a influência de Filipe Terzi, o autor de S. Vicente, do Destêtro, do reconstruído palácio da Ribeira, de Santo Antão o Novo ou de S. Roque talvez, etc., nos é apontada pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Reinaldo dos Santos como decisiva na formação do nosso gôsto do tempo.

Creio porém que a arte de Terzi chegou até nós muito influenciada pela castelhana. A influência no século XVIII de Ludovice, de Giusti, etc., é mais saliente. E no norte é sabido como dominou a arte de Nasoni, casada aliás com o ambiente nortenho, no que não esteve o seu menor mérito.

Sou eu apenas quem o diz? Não. Primeiro dizem-nos as obras. Depois não tem faltado afinal quem no-lo tem dito e ensinado. O que falta é divulgar. Contento-me com ser divulgador.

Mestre Matos de Sequeira, por exemplo, lá nos escreve isto no seu formosíssimo estudo *O Carmo e a Trindade*, falando dos italianos em tal tempo: «cuja obra e cuja acção ficou na vida de Lisboa, livros, música, fabricantes, professores, comerciantes, artífices, pintores, bailarinos, cantores, funcionários, tôda uma galeria de actividades que as naus de Génova carregavam para Portugal e que lotaram o sangue alfacinha pelos séculos fora.» Aí está o próprio onomástico a dizê-lo: — reparem V. Ex.^{sa}: Ghira, Ferro, Loforte, Mongiardini, Patrone, Fontana, Mazziotti, Cosmelli, Gnecco, Monteverde, Schiapapa, Petra, Verde, Bessone, Corazzi, Testa, Cassassa, Fuschini, Franzini, Ripamonti, Talone, Baldi, Bomtempo, Ludovice, Scarlatti, etc.

Quanto aos nomes dos artistas plásticos italianos que então passaram por Lisboa, consultem V. Ex.^{sa}, por exemplo, a obra do Dr. Xavier da Costa, as mais antigas de Cunha Taborda, de Cirilo Volkmar Machado, etc. E, concomitantemente, iam estudar a Itália, não apenas os músicos, mas os artistas plásticos. Chegámos a ter em Roma uma Academia. E na Itália estudaram precisamente os artistas portugueses que fizeram o que nós aqui vemos, que foram

Inácio de Oliveira Bernardes e Francisco Vieira Lusitano. Parte do que está aqui é ainda obra do italiano Giacomo Azzolini.



Ah! Temos aqui ainda uma evocação histórica a fazer: a da Rainha D. Mariana Vitória, espôsa de El-Rei D. José, protectora desvelada desta igreja, como já sabemos. Estou convencido mesmo de que, sem a protecção da rainha, esta obra não teria chegado ao fim, surpreendida como foi pelo cataclismo que devastou a cidade. Merece, pois, ser lembrada no escudo bi-partido que V. Ex.^{aa} aqui têm no côro e lá fora ao alto da fachada: o escudo dos Braganças e dos Bourbons.

Nasceu a rainha D. Mariana Vitória em Madrid em 1718 e foi filha do primeiro dos Bourbons de Espanha, com o qual nos batemos rijamente depois de lhe havermos prometido aliança: o rei Filipe V. Tinha seis anos, quando a casaram com Luís XV de França, que tinha mais oito anos do que ela. Mandaram-na para a côrte francesa, para ali ser educada e a seu tempo consumir o matrimónio. Um dia porém os diplomatas franceses entenderam que não lhes convinha o casamento do rei em Espanha e anularam o casamento da princezinha. E conseqüentemente devolveram-na ao pai, que, diz-se, por tal motivo irritado, (sabem V. Ex.^{aa} que êle era um triste nevro-pata) abdicou daí a pouco tempo.

Entretanto a mulher, Isabel de Farnésio, aceitou de bom grado as negociações da nossa diplomacia para a princezinha vir casar com o príncipe D. José. A nossa embaixada foi a Madrid em 1727. Em Dezembro de 1728 ajustaram-se os desposórios e em 9 de Janeiro de 1729 fêz-se na ponte do Caia a troca da princezinha com a nossa D. Maria Bárbara, filha de D. João V, que ali foi casar com o príncipe das Astúrias, que foi depois Fernando VI. D. Mariana Vitória tinha então onze anos e ficou alguns anos ao cuidado da rainha D. Maria Ana de Áustria, enquanto lhe não chegou a idade núbil. Um livro moderno do Sr. Dr. Caetano Beirão *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória* dá-nos de todo êsse período notícias interessantes, designadamente da precária ortografia francesa da rainha. A nossa infanta D. Maria Bárbara, que tinha os seus dezóito anos, era mais ilustrada. Falava bem, dizem, o francês, o italiano e o alemão. Era uma cravista distinta e chegava a compor. Tinha por mestre ninguém menos que o glorioso cravista e compositor Domenico Scarlatti que, por sinal lhe compôs um epitalâmio musical e seguiu com ela para Madrid nessa mesma ocasião do casamento.



Qual o estilo artístico que nos impôs tôda essa influência italiana do século XVIII?

Naturalmente o chamado «barroco», de que esta igreja é claro espécime, um tanto evoluído, diga-se, para um neoclassicismo, como o que veio depois.

Sabem V. Ex.^{as} o que nos dizem ou escrevem os críticos destas cousas, quando nos definem praticamente o «barroco»: uma degenerescência do clássico, a libertação dumas tantas regras e proporções. Disseram uns: o afan de pôr em relêvo elementos salientes, a animação dos paramentos, a tendência a linhas movimentadas, o domínio dos volumes sôbre as superfícies planas, a composição e a decomposição das massas, o quási «desengonçado» da unidade orgânica, o disfarce da ossatura architectónica, sob a influência da escultura muitas vezes; outros disseram que, sob a influência da pintura, se procuraram na architectura barroca os sortilégios da própria côr, do claro escuro, dos valores. Assim ela nos mostra, sob tal aspecto, o que se chama pictòricamente o quente, o movimentado, o faustoso, o luminoso, o contraste violento da luz e da sombra, o conjunto tumultuoso, o amor do sinuoso, da alternção das curvas, etc.

Sabem V. Ex.^{as} que podem encontrar um pouco de tudo isso no nosso chamado «joanino», que é seguramente o mais característico «barroco» português, muito filho embora da obra dos Nasoni, dos Ludovice, dos Giusti, que o mesmo é dizer, da dos Bernini, embora mais temperada, dos Borromini, dos Pietro da Cortona, etc., que não vieram a Portugal em pessoa, mas aqui tiveram os seus imitadores, os seus propagadores. Assim aconteceu na música. Jomelli, David Perez e outros segundos divulgaram entre nós a ópera da escola napolitana. Domenico Scarlatti não deve ser visto sob êsse aspecto, penso eu.

Arte afinal originariamente italiana esta do «barroco»?...

— Assim no-lo ensinaram a dizer os que vislumbraram o espírito do «barroco» na obra de Miguel Ângelo e porventura com razão. No entanto, nós lemos em autores italianos que o delírio «barroco» não pertence à Itália, mas precisamente à nossa Península. Tem graça que o mesmo lá se escreveu a respeito dos garganteados e das complicadas vocalizações de cantores que passam por italianismos. Também os atribuíram à influência da Espanha. E são capazes de ter razão num e noutro caso, das artes plásticas e da música. O «barroco» castelhano é violento.

E, quanto a Portugal e no que respeita à architectura, eu já li algures, creio que em autor espanhol, que, vendo bem, o nosso estilo nacional está longe de ser o gótico ou o manuelino, como o tem julgado muita gente, que não concebe arte portuguesa sem uma rosácea gótica ou uns acarelados manuelinos. Tal estilo nosso é afinal o «barroco». E também é capaz de ser verdade. Lisboa mesmo não passa duma cidade barroca. Mas não me julgo habilitado a discutir nenhuma destas opiniões, nem o lugar é para isso. Prestei-me a vir aqui, à falta de pessoa mais competente, com o fim de lhes dar as minhas apreciações de intuitivo, apoiadas em leituras que não têm contrariado a minha intuição.

Mas, minhas Senhoras e meus Senhores, consistam agora esta barbaridade minha: Se o que caracteriza uma arte, não é apenas a sua criação, mas a sua adopção (e só, com tal sentido, eu admito que se fale em «arte popular»)

êste estilo «barroco» é realmente nosso. Nacionalizou-se. Obedecemos-lhe um tanto e tão instintivamente na architectura, na escultura, como na música nós acabámos por obedecer à quadratura melódica e à fórmula harmónica da tónica, subdominante e dominante.

Miguel Ângelo Lambertini pôde escrever há anos, tratando da música italiana, que o seu domínio, aliás suave, em Portugal teve a adoçá-lo as afinidades sentimentais dos dois povos latinos. Creio que nas artes plásticas podemos dizer outro tanto.

Falámos, pois, bastante dos tempos joaninos e da influência italiana na vida que não diremos agora apenas lisboeta, mas portuguesa, porque ela irradiou para todo o país. Teve mesmo outro foco de irradiação no Pôrto, como se sabe, pela obra de Nasoni, o autor da igreja e da torre dos Clérigos.



Vamos agora aos tempos filipinos, a propósito do convento de S. João de Deus, fundado, como dissemos, em 1629. Fundado quero dizer: construído, mais ou menos como no-lo mostram ainda hoje as paredes que ali estão do outro lado da rua.

A rectificação agora é outra.

É que esta construção, como a de Santos-o-Novo, como há dois anos tive ocasião de salientar a V. Ex.^{aa}, põe diante de nós o problema da revisão de muito o que se tem dito e escrito sobre o século XVII, tão maltratado pelos nossos historiadores, historiógrafos e autores de monografias. Todos êles, quando chegam a tal período, mormente ao da primeira metade do século, perdem a cabeça. Todos pretendem dar-nos a impressão de que, com o que se convencionou chamar a perda da nossa independência em 1580, tudo se afundou, ciências, artes e letras. Não bastou a independência política, o que ainda é discutível.

Ora isto não foi assim. Leterariamente já Camilo Castelo Branco, no volume que escreveu para a história da nossa literatura, começada por Andrade Ferreira, tinha vincado o disparate.

Os nossos escritores do século XVII valem ainda muito, ao lado dos do século anterior, a despeito da pecha do gongorismo.

Os nossos grandes músicos datam precisamente dêsse período, como hoje se sabe.

O Sr. Dr. Manuel Múrias tem um pequeno livro sobre o nosso seiscentismo que merece ser lido pelo que põe no seu lugar a respeito doutros assuntos igualmente ligados a tal século. E Lúcio de Azevedo nas suas *Épocas de Portugal Económico*, faz-nos adivinhar em tal campo económico uma realidade muito diferente da tal pintada por historiadores obcecados que nos consideraram em eclipse catastrófico de todas as actividades, lá porque durante sessenta anos tivemos o mesmo rei que os espanhóis. Pois em tal livro, onde se encontra a notícia curiosa de que o tempo dos Filipes foi o único em que a

nossa moeda se não desvalorizou, eu colhi a impressão de que afinal a pretensa decadência de Portugal em tal período pôde verificar-se, sim, no nosso movimento comercial e marítimo e no rendimento da nossa Índia, então em plena liquidação. Mas dessa quebra estiveram os Filipes longe de ser os responsáveis. Receberam uma herança avariada, no-lo diz também Lúcio de Azevedo, confirmado aliás por todos os historiadores. Mesmo que quisessem, não podiam ter feito melhor.

Correspondeu, no entanto, a esta crise comercial e marítima, uma grande época de construções, como aliás é vulgar no decurso de tais ciclos. E era aqui que eu queria chegar, para desmentir o que para aí se tem escrito do chamado «fecho catastrófico do século XVI e do começo análogo do século XVII».

Nós temos, por exemplo, em Lisboa, desse período, começadas, construídas ou acabadas, as igrejas de S. Vicente, de S. Roque, de S. Patrício, da Assunção de Campolide (onde foi o Colégio e Jesuítas e é hoje Santo António), de Nossa Senhora de Jesus (hoje paroquial das Mercês), de Santa Marta, de Santo Alberto, de Nossa Senhora dos Remédios (aqui perto, onde é a Igreja Evangélica), do Sacramento, lá para Alcântara, do Bom Sucesso, lá para Belém, de Santo António da Cruz da Pedra, lá para Benfica e hoje arruinada, de Nossa Senhora do Destêrro (cujos restos lá estão junto ao Hospital do mesmo nome), de S. Bento da Saúde, hoje palácio da Assembléa Nacional, da Penha de França, do Coleginho da Mouraria, do Calvário, de Santa Mónica, perto de S. Vicente, de Santo Antão o Novo (onde é hoje o Hospital de S. José e que criminosamente deixámos arruinar), do Colégio da Cotovia, onde é hoje a Escola Politécnica. Obras profanas grandes, tivemos as da reconstrução dos Paços da Ribeira, de S. Julião da Barra, da conclusão da Tôrre de Belém.

Em numerosas localidades do país podemos lembrar também como construídas, começadas, acabadas ou reconstruídas, muitas dezenas de igrejas conventuais, como por exemplo, em Braga o Salvador, a Senhora da Conceição e a Senhora do Pópulo; em Lamego a Senhora da Piedade e as Chagas; no Pôrto Santo Agostinho, S. Roque, S. Bento da Vitória e S. João Novo; em Coimbra, S. Francisco, S. José, Santo Agostinho, Santo António da Estréla, Santo Agostinho da Pedreira, S. João Evangelista; em Viseu Santo António e Nossa Senhora da Oliva; em Moura Santa Clara; na Azóia Nossa Senhora da Conceição; em Leiria Nossa Senhora da Encarnação; em Borba Nossa Senhora das Servas; em Vale de Figueira Santa Maria de Jesus; em Alter do Chão Santo António, que também nesse período teve igrejas construídas na Fronteira, em Estremoz, no Redondo, em Beja, na Lourinhã, no Crato, no Torrão, em Santarém, na Sertã, em Caminha, em Idanha-a-Nova, em Sousel; em Chaves S. Francisco, que também há desse período (ou houve) em Viana do Alentejo, em Arraiolos, em Mértola, em Mogadouro, em Elvas. Em Monchique Nossa Senhora do Destêrro; em Lagos a Santíssima Trindade; em Castelo de Vide Nossa Senhora da Conceição; em Santarém o Colégio da Conceição, hoje Seminário; em Salvaterra de Magos a Senhora da Piedade; em Moimenta da Beira Nossa Se-

nhora da Purificação; em Murça S. Bento; em Évora a Senhora dos Remédios, Salvador e Scala Coeli; em Laveiras Vallis e Misericórdia; em Elvas S. Paulo; no Sobral Nossa Senhora dos Anjos.

Temos ainda: Em Vila-Viçosa a Senhora do Amparo, S. João Evangelista e a Senhora da Piedade; em Serpa a Senhora da Consolação; em Alverca S. João; em Camarate Nossa Senhora do Socorro; em Tentugal Nossa Senhora da Natividade; em Cascais Nossa Senhora da Piedade; em Figueiró Nossa Senhora do Carmo; em Vila Real Nossa Senhora do Amparo; no Lourical o Santíssimo Sacramento; em Aveiro Nossa Senhora do Carmo; em Pinhel S. Luís; no Buçaco Santa Cruz; em Pontevel Porta Coeli e S. Damaso; em Viana S. Teotónio; em Alenquer Santa Catarina; em Tavira S. Marcos; em Faro S. Tiago; em Portalegre o Colégio de S. Sebastião, etc.

Não incluo nesta lista tirada de João Baptista de Castro os edificios das igrejas paroquiais construídas nesse período, que devem ser bastantes. Devem também ser em regular número os palácios e casas nobres então construídos por esse país, como transparece de muito do seu estilo clássico ou barroco, quinhentista ou seiscentista.

Dir-nos-ão: — Não há dúvida que se construiu muito em Portugal durante os últimos vinte anos do século XVI, a despeito de Alcácer-Quibir; durante os primeiros quarenta anos do século XVII, a despeito da força atractiva da corte de Madrid, que nos empobrecia a de Lisboa. Mas qual dessas construções pode comparar-se às dos séculos anteriores, em importância, em valor artístico?

— Posta assim, a questão é outra. De facto, nem tôdas estas construções foram grandes obras, como é natural. Houve todavia entre elas S. Vicente, o Destêrro, Santo Antão o Novo, S. Bento, etc. E, se podemos chamar a êsses tempos épocas de decadência artística, porque nos veio trazendo o chamado estilo jesuítico, até certa altura o nosso mais característico barroco, isso nada tem que ver com os Filipes. Com Filipes ou sem Filipes, a miséria artística (se assim a querem chamar) teria sido a mesma. Ninguém de bom senso e de razoável cultura histórica pode afirmar hoje que as épocas de brilho artístico são simultaneamente as de grandeza política. A Grécia, a Itália, a Espanha, a Alemanha, desmentiram êsse sincronismo.



Tivemos, pois, nós no século XVIII o chamado estilo joanino, o mais importante de todo o nosso período barroco e um pouco caracterizado pelas qualidades e defeitos, riquezas e excessos do barroco italiano, a que aludi; a evolução até à degenerescência do clássico, a libertação de tôdas as regras e proporções das velhas ordens greco-romanas, o relêvo de elementos salientes até ao esmagamento, a animação dos paramentos até ao desconjuntamento dos planos, o domínio dos volumes sôbre as superfícies, da curva sôbre a recta, etc., etc.

Isso se encontra sobretudo no Norte e não menos na architectura civil que na religiosa.

Esta igreja porém pode classificar-se entre as construídas com tal espirito? Não parece antes uma reacção contra todos êsses excessos?

— É, sem dúvida, como o foram aliás as igrejas joaninas de Lisboa, pelo menos na parte architectónica, como, por exemplo, o próprio convento de Mafra, as nossas igrejas do Menino-Deus, de Santo Estêvão, a capela-mor de S. Domingos, etc. Em tôdas estas igrejas, o barroco esteve sobretudo no pormenor, na escultura.



Sim. Esta igreja é já do tempo da reacção contra o fausto joanino da primeira metade do século. Acompanha sincrónicamente a própria reacção italiano operada por Vanvitelli, que sabemos autor da nossa capela de S. João Baptista de S. Roque. Há aqui portanto no interior da igreja um quasi retôrno ao clássico. Examinemos a capela-mor. Impõe-se-nos incontestavelmente pelo seu retábulo que não deixa de ser sumptuoso na sobriedade das suas linhas, muito afirmadas pelas quatro colunas de capitéis compósitos que sustentam o frontão, algo do sinuoso barroco ainda, que não é todavia o vulgar frontão quebrado. Notaram a fábrica de bons mármores que é todo o retábulo.

Aos lados temos a admirar as longas tribunas com as suas bonitas varandas corridas assentes sobre cogoiolos ou cartelas. A do lado da Epístola conserva ainda as sanefas de melhores tempos, em que ali assistiam ao culto as pessoas da família real. A do lado do Evangelho é envidraçada, como estão vendo. Do lado do Evangelho, metido, abafado sob um arco liso, o túmulo da rainha, obra de Joaquim Machado de Castro, de mármore e de belo risco. Pena é o encontrar-se ali muito oculto. Vê-se que a capela não foi construída propriamente para albergar um túmulo. A parede do lado da Epístola bem o mostra. O que certamente aconteceu foi que, como a rainha D. Mariana Vitória manifestou desejos de ficar aqui sepultada, não acharam melhor processo para aqui a sepultarem que o de romperem ali algum espaço análogo ao da parede fronteira e fazerem ali aquêlê modestíssimo arco, que abriga o túmulo. Esta a minha opinião.

O tecto de abobadilha de aresta mostra na sua decoração já um tanto rococó qualquer analogia com o da nave. Tem lá quatro quadrinhos, que eu não posso ver daqui melhor e portanto não posso explicar a V. Ex.^{as}. O arco triunfal, em opposição ao carácter da ordem composita que pode prevalecer na capela, é já, como a nave, de ordem toscana, com as suas caneluras barrocas à maneira de molduras.

Como estão vendo, é êste carácter sóbrio, toscano, que predomina em tôda a nave, bem equilibrada com os arcos das capelas encimadas por largas tribunas dinteladas e pelos janelões que penetram já nos arranques do tecto de

carácter nada italiano, mas nitidamente rococó. Se não fôra a pintura do tecto que lá nos mostra o arcanjo S. Miguel dando a S. Francisco de Paula o emblema da ordem, o sol da Caridade, podia chamar-se tôda a sua decoração nitidamente profana, com a sua variedade de grinaldas, festões dourados, etc. Estão V. Ex.^{as} vendo que esta conclusão de S. Francisco de Paula se prolongou muito para cá de 1753. Este quadro de Santo António de Vieira Lusitano sabemos que data de 1755. Deve ser de data não muito anterior o tecto que acabou por ser de madeira e por obedecer ao novo estilo em moda. Certamente a cobertura ideada por Inácio de Oliveira Bernardes ou Azzolini era alguma abóbada de berço com caixotões, como se vê na abobadilha aqui do arco da capela que foi do Santíssimo. O tecto que V. Ex.^{as} estão vendo é de Francisco Paes, nome que não encontrei em Cirilo nem em Cunha Taborda.

Vejamos as capelas. São a começar pela direita e partindo da porta de entrada as de S. Miguel, do Coração de Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, das Angústias ou da Boa Viagem (sob as três invocações ali se venera a Virgem). Do lado esquerdo, na mesma ordem, as capelas de Santo António, Senhora de Lourdes e Sagrada Família (esta anteriormente a do Santíssimo).

Como V. Ex.^{as} sabem, está ligado a S. Francisco de Paula o nome dum grande pintor de quem já falei: o de Vieira Lusitano. Não esteve aqui escondido como nos Paulistas, a fugir a uma perseguição da família da mulher, com a qual teve o romance de amor que V. Ex.^{as} todos conhecem. Trabalhou para esta igreja já na velhice, se os três ou quatro quadros que para esta igreja pintou são da mesma data do de Santo António, ali assinado e datado de 1765, isto é, quando o artista tinha já 66 anos.

Atribuem-se-lhe aqui, além dêste averiguadamente seu, de Santo António, os quadros da Sagrada Família, neste segundo altar do lado do Evangelho e o da Senhora da Conceição, no altar do lado da Epístola, onde há as imagens da Senhora das Angústias e da Senhora da Boa Viagem. Era também dêle um grande quadro do próprio orago da igreja que existiu na bôca da tribuna da capela mor e que daqui desapareceu há anos.

Parece que todos os outros quadros são de Inácio de Oliveira Bernardes, e geralmente se consideram medíocres. Pelo menos, Cunha Taborda escreveu dêste artista que tinha um colorido agradável, pôsto que falta de elegância no desenho, pouca felicidade nas roupagens e pouco animadas as figuras. V. Ex.^{as} vão se julizes.

Poderão sê-lo a quasi dois séculos de distância? Não é fácil, porque os gostos mudam e os artistas devem ser vistos no seu tempo. A título de curiosidade, posso dar a V. Ex.^{as} algumas das regras que por êsses tempos se consideravam infalíveis para apreciação da boa pintura.

Diz-nos por exemplo Cunha Taborda, imitando ou traduzindo de Angelo Prunetti, que em pintura temos a considerar em primeiro lugar a *invenção*, a *composição* e a *expressão*. Depois o *desenho*, o *claro escuro* e o *colorido*.

A *invenção* é uma combinação diversa de imagens, que com o tempo

recolhem e depositam na memória. No caso de invenção meramente ideal, é preciso conter a fantasia no domínio do verosímil.

A *composição* consiste em colocar comodamente e em exprimir com vantagem os objectos subministrados pela invenção, averiguando bem os costumes, indicando de qualquer modo os lugares da acção, evitando superfuidades, absurdos, indecências e desvios da atenção do objecto principal e tirando partido dos contrastes.

A *expressão* deve corresponder aos caracteres de cada pessoa, dar-lhes graça, suprir a falta das palavras, buscar para tudo a escola da natureza.

O *desenho* deve ser exacto e exprimir, com espírito e sem ambiguidade, contornos grandiosos, ondeantes; as figuras devem ter um justo e natural movimento e desafogo e um bom equilíbrio; deve haver boa opposição de atitudes; bom lançamento de roupagens com a sua diversidade sem prejuízo da unidade.

O *claro escuro* deve ser uma inteligente imitação dos efeitos da luz e da sombra, recebendo cada cousa o seu claro e o seu escuro correspondente, sem prejuízo da unidade duma só luz principal, etc.

O *colorido* deve ter a sua cor dominante, a variedade, a harmonia, a escolha, de tôdas outras cores.

Porque recapítulo a V. Ex.^{as} tôdas estas cousas? Porque foram elas os cânones de Vieira Lusitano e de Inácio de Oliveira Bernardes. Particularmente os do primeiro, que em certa altura da sua vida prometeu não empregar o seu talento em quadro menos honesto ou menos decente. E parece que o cumpriu.

Falámos da pintura. Falemos da sua escultura, isto é, das suas imagens. E quero repetir a V. Ex.^{as} um pouco do que lhes disse na visita que fizemos às igrejas de Santo Estêvão e de S. Miguel de Alfama em Fevereiro passado.

Como devem ser vistas as imagens das nossas igrejas? Apenas pela sua perfeita plástica? Não. Esse critério materialista não nos deixa ver certas cousas e não chega a ser justo. Senão vejamos. Não lhes parece que esta corrente chamada do Renascimento, depois do românico, do ogival, que deixaram quasi tôda a estatuária fora das igrejas, veio ela afinal sob a influência dum espírito, a que não foi estranha a Companhia de Jesus, tornar piedosa, ternamente, o templo de Deus mais acessível, mais familiar aos fiéis, pela architectura menos erguida ao alto, pela escultura da madeira; pela pintura na tela, e tornar o homem menos alheio à presença divina, collocando-o mais perto da Divindade por uma familiaridade mais doce com as imagens dos seus Santos? Pois assim se sentimentalizou, se enterneceu o culto das imagens.

Assim, em contraste com o homem frio lá do Norte, mais intellectual, mais abstracto, mais metafísico, sem dúvida, tem vindo o nosso português cá no sul da Europa a encontrar o seu encanto devoto neste encher de imagens os seus altares, neste colorir-lhes faces e cabelos, neste vestir-lhes roupas humanas (veja-se como nós adotámos essa arte dos Presépios imaginada por S. Francisco de Assis) e assim por estas igrejas nós temos uma arte, quasi sempre modesta,

mas sincera, da estatuária religiosa, que tem estado longe de merecer o apreço que essa sinceridade merece.

O curioso é que o esteta, o entendido em arte, aceita de bom grado tôdas as transigências com a inhabilidade do artista medievo. O artista de hoje chega a copiar o desajeitado da Idade-Média, desaprendendo propositadamente a técnica moderna (veja-se a pintura de Nossa Senhora de Fátima). Pois, quando olha para esta arte dos nossos modestos imaginários, olha-a com desdém. Não, não merecem tal desdém as imagens que aqui se encontram, mesmo as modernas. Não lhes neguem a attitude que pedem para as compreendermos: a ternura.

(Com essa ternura vamos ver, pois:

Do lado da Epístola permitam que lhes destaque a imagem do Coração de Jesus, que tem, segundo me informou o illustre Capelão dêste templo, a particularidade interessante de haver pertencido à igreja do Colégio de Campolide. Sabem V. Ex.^{as} a importância nacional do culto do Coração de Jesus criado entre nós pelo Apostolado da Oração, sob as vistas da Companhia de Jesus. Esta imagem adquire portanto com tal procedência aos olhos de V. Ex.^{as} uma importância capital. No altar a seguir encontram V. Ex.^{as} duas imagens que, devemos confessar, não estão ali bem. Uma é de Nossa Senhora das Angústias. Tem também uma procedência interessante, ao que me informou o mesmo obsequioso informador, aqui presente. Veio do convento de S. Bento, como ainda uma imagem da Senhora da Soledade e um Crucifixo, que estão na capela fronteira. A outra é de Nossa Senhora da Boa Viagem, culto que a rainha D. Mariana Vitória fêz chegar a Espanha.

Há ainda a falar da imagem de S. Francisco de Borja que temos aqui, que é possivelmente a maior que nós conhecemos nas igrejas de Lisboa. Não teria vindo também de Campolide? Não se sabe. Mas não pode negar-se qué é um notável imagem, não apenas pelo tamanho, mas pelo realismo da sua feitura. Impõe-se.

Do lado do Evangelho admirem V. Ex.^{as}, não o realismo, mas o interessante exemplar duma suavidade quasi muriliana, que é esta Senhora de Lourdes, obra notável a tal respeito da nossa imaginária moderna. Conjunto apreciável da mesma arte é o grupo da Sagrada Família, que V. Ex.^{as} encontram na capela que foi do Santíssimo. Há em tal grupo as duas cousas, um acentuado cunho de realismo, ao mesmo tempo que certo sôpro de idealismo ingénuo em tôdas as expressões das três imagens. Há em todo o grupo qualquer cousa da tradição dos Presépios, não é verdade?



Há aqui a notar, na nave, como V. Ex.^{as} estão vendo, os belos púlpitos de mogno. De mogno do melhor podem V. Ex.^{as} ir ver também os arcazes da sacristia, onde há duas antigas imagens de S. Francisco e de S. Domingos e um

barroquíssimo lavabo, daquele autêntico estilo de Bernini e de Borromini num lavor modestíssimo.

O paramental é modesto, mas alguma coisa poderão V. Ex.^{as} ver.



A fachada desta igreja é, quanto a mim, um conjunto de excelentes e de péssimas cousas.

Excelentes as suas tórres, todo o coroamento superior talvez, que me parece dar-nos o melhor do estilo na imponência, riqueza e harmonia que não deixa de caracterizá-lo, e ao mesmo tempo sobriedade decorativa e certo jorro — direi. É admirar a silhueta destas tórres de qualquer dos lados da rua.

Quando os nossos olhos frontalmente descem pela fachada, começam os defeitos a pesar, o que sempre succede em tôdas as fachadas, em que se foge ao traçado lógico duma porta central. É quasi uma verdadeira e charra extravagância. Chega a dar-se na sua superfície o tal «desquiciamiento» (desengonço) do vazio central — um janelão sôbre quasi uma achatada fisga, um tanto desencontrado com as suas estreitas portas laterais. A grande meia-lua ou semi-óculo, que substituiu o costumado olho de boi, se ajuda à luz do interior, não favorece a graça do exterior. O architecto, que não sabemos se foi Oliveira Bernardes, se Azzolini (a êste atribuem-se exclusivamente as tórres) procurou realmente arrumar tudo isto com janelas, nichos, almofadados, sobretudo com a divisão de tôda a fachada por pilastras, mas não o conseguiu satisfatôriamente, quanto a mim. É claro que a opinião de V. Ex.^{as} pode ser diversa.



Não deixarei de lembrar a V. Ex.^{as}, a propósito de S. João de Deus, que, segundo umas estampas dum anónimo inglês dos princípios do século passado, houve ali o costume da visita anual da população de Lisboa a umas múmias que se expunham numa cripta em dia de Finados. Creio que não era só ali que havia tal exposição dos efeitos da morte; no entanto só de S. João de Deus existe tal desenho, que está reproduzido numa obra do nosso illustre consócio, Mestre Matos de Sequeira.

Choca-nos hoje tal costume. Porque temos sensibilidade mais aguda que a dos nossos antepassados? Não o creio. A nossa sensibilidade é uma das muitas mentiras do nosso tempo.

Basta ver a frieza com que nós todos, gregos e troianos, lemos as notícias da guerra, que nos falam de tantos aviões derrubados, de tantas cidades bombardeadas, de tantos navios afundados, sem que qualquer de nós se arrepie, ao pensar que em tôdas essas emprêsas morrem centenas, milhares de irmãos nossos. Eu meto-me na conta dêsses insensíveis.

— Estão lá longe, não há dúvida. Mas tal explicação confirma bem o

que disse um dia La Rochefoucauld do egoísmo humano, que nos próprios actos de altruismo não passa dum prazer egoísta de vermos o bem daqueles que nós amamos. Nós, sempre nós... O povo o diz por aí: «Longe da vista, longe do coração»... E tanto assim que, quando uma desgraça fere mais de perto algum dos nossos, exclamamos logo: «Ai, eu nem quero ver»... E, como não o vemos, o mal deixa de existir...

Que diria, por exemplo, La Rochefoucauld, se nos visse aí a especularmos uns com o pão, com a mesa, com o vestido, com o calçado do próximo; a atulharmos outros as nossas despensas com que o faz falta nas casas dos que não podem comprar por junto e vão por isso engrossar as *bichas*? Isto não nos choca. E aqui está no que dá a nossa pseudo-sensibilidade. Apenas o que temos é medo da morte...

Porque lembro agora tais cousas a V. Ex.^{aa}?...

É porque a nossa visita de hoje é afinal a duas casas, das grandes que no passado viram formosos exemplos da Caridade Cristã, que é a que nos falta.

Aqui foi a casa de S. Francisco de Paula, que fêz da sua Ordem a dos mais humildes, a dos «mínimos», abrasados todos no sol da Caridade, que lhes deixou por emblema um anjo do céu. Ali S. João de Deus, que nós esquecemos quási completamente, e que deixou durante alguns séculos filhos e herdeiros do seu exemplo, que se dedicavam a tratar os enfermos, os afligidos de moléstias incuráveis e contagiosas, praticando assim uma das mais belas obras de misericórdia.

FEIRA DA LADRA

A MODERNA URBANIZAÇÃO

O conhecido architecto urbanista Sr. Etienne de Gröer, professor do Instituto de Urbanismo da Universidad de Paris, que já organizou os planos de urbanização de Coimbra, Evora e Luanda, fêz em 25 de Abril no Automóvel Clube de Portugal, uma conferência sobre «O Traçado da Cidade» de que damos as seguintes notas por interessarem aos nossos architectos e proprietários.

Começou o Prof. Gröer por dizer que a idéia de urbanização era velha como o Egipto, mostrando um plano da cidade de Cahul construída há 3.000 anos para habitação dos operários que construíram as Pirâmides, a qual tinha as características hoje aconselhadas; disse que as cidades, pela superpopulação, se tornaram monstros com ausência de ar, luz e espaços livres — as três coisas essenciais à vida, no dizer do Director do Instituto Urbanístico de Paris. Os Romanos já construíam formando primeiro uma cruz com as duas ruas principais.

Mostrou-se adepto da Cidade-Jardim em que todo o terreno é municipal, vendido por parcelas segundo plano, e disse que as duas primeiras se construíram em Inglaterra.

Disse mais que os bairros operários, isolados, não podem ser muito longe dos locais de trabalho, porque se os operários viajam mais de meia hora para o seu trabalho este perderá de valor pelo cansaço. Disse depois que uma velha cidade é sempre doente se não tem um plano para 30 ou 50 anos, pois que a vida mudará muito nesse

espaço. Não se deve andar mais de 10 minutos dentro duma cidade sem encontrar um espaço livre — jardim ou parque. Deve fazer-se o cálculo provável do desenvolvimento da população em 50 anos; esta deve ser distribuída em zonas: a zona central comercial e administrativa, cercada pela zona de habitação tendo esta pequenos centros comerciais. Estas zonas de habitação devem ocupar 85% da área total e a zona comercial 15%.

Devem separar-se destas as zonas industriais e as fábricas por causa do fumo e gases, estudando-se ainda por este motivo a direcção dos ventos predominantes. Disse que, por exemplo, em Lisboa o local destas zonas devia ser ao sul. As fábricas são hoje divididas em classes relativamente à sua insalubridade, sendo insalubres de primeira classe as que produzem gases e ácidos que estragam tudo. Devem estas situar-se em campo aberto e longe, isoladas por uma faixa de vegetação densa.

Insistiu que os edificios devem ser separados e cercados de jardim; e que o maior inimigo do urbanismo é a especulação sobre os terrenos. Paris tem num bairro 5 arranha-céus de 14 andares, espaçados, mas os jardins próximos são mantidos pelo Município, enquanto que nas Cidades-Jardins estes são cuidados pelos particulares. Gosta o Sr. Gröer das ruas curvas por se verem melhor tôdas as fachadas; dizendo que as ruas é o que custa mais caro aos municípios, que devem limitar o seu número. As Cidades-Jardins permitem ruas estreitas de 5 metros sem que falte ar e luz, por se contar com os jardins particulares laterais.

A Inglaterra subsidia as construções

para operários para que as suas rendas não sejam elevadas.

Mostrou um curioso plano moderno de edificações residenciais formando um agrupamento de blocos em ferradura quadrangular, isolados, cujas aberturas ficam tôdas voltadas para um jardim central ligado aos pequenos jardins do interior daquelas residências; o movimento do trânsito faz-se apenas em torno de todo o conjunto de casas, disposição esta que permite às crianças passarem o dia ao ar livre, sem perigo nem poeira, e sempre sob a vigilância das famílias que as vêem das janelas. Mostrou ainda o notável conjunto arquitectónico de Nancy, formado por uma praça, uma larga avenida terminando numa praça oval tendo em frente o palácio ducal. É a primeira praça oval de que tenho conhecimento, havendo já a Exedra de Roma e circulares por tôda a parte; até Faro possui uma — a General Cammona — que apesar de não ser perfeitamente regular nas suas concentrações, é muito mais harmónica do que as semelhantes — Duque de Saldanha e Chi'e, de Lisboa.

Continuou dizendo que é sempre precisa legislação especial a par destes planos, determinando, por exemplo, que a sala de estar duma casa deve ter 9 metros (o que me parece exagerado), sempre janela, os quartos com ventilação transversal, e em face da casa pelo menos 5 metros livres. Diz que uma cidade pode ser bela sem ser cara.

Falou a este respeito da lei francesa de «Remembramento», que permite reunir e transformar zonas com grandes vantagens para os proprietários e para a Câmara respectiva, o que seria de grande vantagem na transformação da Rua da Palma, do Bairro Alto e de Alfama. Há já leis que permitem demolir casas insalubres, às quais em França se atribue apenas o valor do terreno que ocupam. Na Suíça quem alugue uma casa insalubre é considerado criminoso. Em Inglaterra a lei proíbe ainda o sobrepovoamento das casas (muito frequente em Portugal e que devíamos tomar em consideração);

têm lá para este efeito visitantes, e quando se encontra um caso destes entre os operários, é-lhe fornecida uma casa adicional. Temos tantas assim! chama por exemplo a atenção da Câmara para aquela triste ilha da Rua Domingos Sequeira, à Estrêla, quasi em frente do cinema Paris, entre dois bécos que ostentam os nomes tão pomposos quanto descabidos de Rua Garibaldi e Rua Vítor Hugo!

Amadeu Ferreira d'Almeida

ARQUEOLOGIA SANITÁRIA

Venho à Fe'ra e ponho em estendal, sôbre a linhagem do estido, duas tinas de banho. Exquisita mercadoria, não é verdade? De mais as tinas são seculares e uma delas excede duzentos anos; mas estão em bom estado. Bom material e boa conservação.

Ora vejam.

Esta é de 1767, igualzinha a outra que o faustoso D. José da Silva Pessanha, mandara vir de Paris. Encomendou-a o Guarda-Roupa Pedro José da Silva Botelho, para Sua Majestade D. José I, ao Banqueiro parisiense Jean Dupont, recomendando o grave assunto ao nosso Ministro D. Vicente de Sousa Coutinho. Não, que o caso era de respeito. E sabem como se chamava então este objecto sanitário que estão vendo? Um Banho de Canapé. E o Botelho acrescentava, na encomenda real: — onde caiba o corpo todo. O que era preciso era que fôsse igual à do Pessanha.

Pelo visto o Banho do fidalgo fizera êxito no meio contezão. E não se admirem dos nossos representantes diplomaticos se ocuparem destes assuntos menores. Quem passar pelos olhos a correspondência dos reais Guarda-Roupas, para as nossas Legações, verá encomendas que, a cento e cinqüenta anos de distância, nos desafiam o riso. Esta outra tina (Vossas Senhorias estão

pasmados do tamanho.) é mais antiga ainda. Tem, nada menos, de duzentos e vinte anos. E, reparem, nem uma beliscadura.

Se algum desaforado me perguntar se é de metal branco, dou-lhe uma gargalhada na cara. É de prata, e da boa. Pesa uma enormidade de quilogramas, e só de feitio custou doze mil cruzados. Dirão que parece uma Pia. Parece, parece; mas cabem aqui dentro três homens. Sabem quem a mandou fazer? Não sabem. Foi o senhor D. João V. Para êle se lavar? Não. Para mandar com outras galantarias do mesmo jaez, ao Imperador da China. Foi isto em 1725. O dinheiro então não faltava. Vinha da América a lastrear as naus dos quintos.

Se alguém quiser comprar qualquer destas peças, dou-lhe a autêntica delas. Tenho ambas aqui no bôlso: — Arquivo de Santa Luzia, Caixa 260, e Códice Manuscrito da Biblioteca de Alcobaça, da autoria do Bibliotecário Frei Matias da Conceição, que se intitula Tomo II dos Opúsculos consagrados à memória dos reis D. João V e D. José.

Matos Sequeira

A VERDADEIRA MARIA DA GUERRA

Gomes de Brito, Deus sabe com que pesar, não descobriu qual fôra a Maria da Guerra, que nomeara o beco que existe na freguesia de Santo Estêvão. Mas não se conteve que não falasse na mãe do poeta satírico Gregório de Matos Guerra, que Maria da Guerra se chamou neste mundo. São dele estas palavras:

«É a primeira que vejo com êste nome, mas era senhora de engenho na

Patatiba em 1630, na província da Baía, Estados do Brasil, e ainda que o filho exerceu advocacia em Lisboa, e chegou mesmo a termos de ser despachado desembargador da Casa da Supplicação, antes de resolver voltar à terra natal (Baía), não parece que possa ter sido esta Maria da Guerra que haja dado nome ao beco».

Muito depois, o sr. Pastor de Macedo em Lisboa de lés-a-lés logo depois de referir-se ao que dissera Gomes de Brito, pospôs.

«A nós também não nos parece que tivesse sido esta, e estamos convencidos que só os livros paroquiais de Santo Estêvão... nos dirão com segurança quem era a Maria da Guerra que nomeou a serventia. No entanto, até lá, contentemo-nos em saber que existiu outra Maria da Guerra: morava no beco do Bugio, na freguesia da Sé, era casada com Pero Roiz, e fêz baptizar, em 17 de Dezembro de 1651, uma filha a quem foi pôsto também o nome de Maria.»

Pois tinha o sr. Pastor de Macedo razão. Só nos livros paroquiais de Santo Estêvão é que se encontraria a verdadeira Maria da Guerra. E lá a encontramos na verdade. Foi sepultada na igreja paroquial no dia 14 de Julho de 1667, morava ao tempo do seu falecimento na rua do Vigário, e deixou bens. Pelo menos deixou testamento.

E lá o ela morar na rua do Vigário que não aguce qualquer dúvida. As trazeiras da casa podiam dar para o beco que desde 1699, que saibamos, tem o seu nome. Tão vizinho é o beco daquela rua...

Para mim a verdadeira Maria da Guerra do beco da freguesia de Santo Estêvão, está achada.

António da Pampulha

PÉROLA DO ROCIO, LDA.

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Casa especializada em Chá,
Café, Bolachas, Bombons
e Chocolates

Rocio, 105 - Lisboa

Telefone 2 0744

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marcenaria

Tel. 2 1483 ◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A ◆ **LISBOA**

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MARMORES

ANTONIO MOREIRA RATO & F.^{OS}, L.^{DA}

Telefone 6 0879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.

LISBOA

Empreza Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE Lisboa, Madeira e Açores

Escalas e datas das saídas dos vapores:

Em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Santa Cruz), S. Jorge, (Calheta), Lages do Pico e Faial.

Em 23 de cada mês para: Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Cais do Pico, Faial, Côrvo e Faial (Lages e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviço de passageiros.

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o

Telef. 20214

Passagens de 1.^a e 2.^a classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.^o

Em Ponta Delgada

BENSAUDE & C.^a

ANGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —



CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO



Rua da Madalena, 211-3.º — LISBOA

TELEFONES 28933 — 51556

CASA AFRICANA

R. Augusta, 161 / Telef. 24264-65 P B X / **Lisboa**
R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 P B X / **Pôrto**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sêdas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS . ENGLISH SPOKEN

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO



Uma Companhia de Seguros que honra Lisboa

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
—e mais lindos mobiliários—

CÓMODAS DE ESTILO — PORCELANAS
DE SAXE — ESPELHOS DE VENEZA —
CANDEIROS DE CRISTAL, DE FERRO
FORJADO E DE MADEIRA — TAPEÇA-
RIAS — MARQUISSETES E VOILES SUÍ-
ÇOS — CARPETTES DE LÃ



Companhia **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (Esquina da Rua Capêlo)

Telef. 2 6441



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituinte altamente nutritivo e de notável digestibilidade. — O alimento ideal para colegas, desportistas, jovens, mães enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

NESCAO

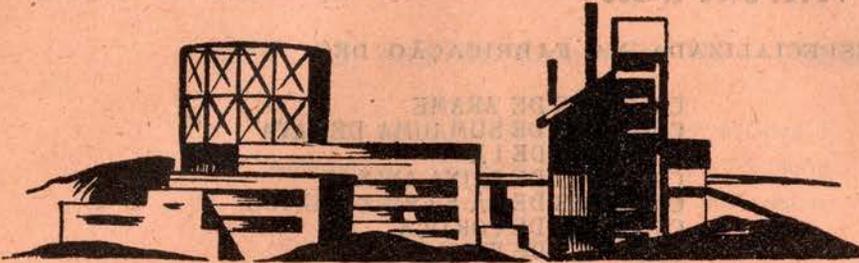
É UM PRODUTO NESTLÉ

A marca que inspira confiança

ANTIGA CASA FIGUEIREDO

HOJE RUA DA PRATA 215, 217

EM LISBOA



APESAR DE TÔDAS AS DIFICULDADES
CAUSADAS PELA GUERRA, AS NOS-
SAS INSTALAÇÕES DE GÁS PUDERAM
FORNECER EM 1944 TODO O
GÁS DE QUE LISBOA NECESSITOU

COMPANHIAS REÜNIDAS
GÁS E ELECTRICIDADE

LISBOA — 1945

ANTIGA CASA FIGUEIREDO

FUNDADA EM 1864, NA RUA DA BELA RAINHA,

HOJE, RUA DA PRATA, 215, 217

EM LISBOA

TELEFONE 27 606

CASA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE

COLCHÕES DE ARAME
COLCHÕES DE SUMAUMA DE JAVA
COLCHÕES DE LÃ
COLCHÕES DE CRINA ANIMAL
COLCHÕES DE LÃ E CRINA (MIXTOS)
COLCHÕES DE CORTIÇA
COLCHÕES DE FOLHELHO

**Sòmente Fabricação de Primeira Qualidade,
Com os Melhores Panos para Camas de
Todos os Estilos e Dimensões**

DIVANS — CAMAS — ALMOFADAS DE PENAS.
TUDO PARA CAMPISMO: CAMAS, MESAS, CADEIRAS E BAN-
COS ARTICULADOS — TENDAS — MOCHILAS — LAVATORIOS,
BALDES, BANHEIRAS E CHUVEIROS DE LONA—COLCHÕES POR-
TATEIS— SACOS DE DORMIR—BORNAIS — LANTERNAS—CANTIS
Facas de mato, talheres e todo o material portátil para praticar campismo

O Senado da Câmara e a Guerra Civil

por FERREIRA DE ANDRADE

Título dos capítulos

No alvorecer do liberalismo — Da «Vilafrancada»
aos últimos dias do reinado de D. João VI —
A regência da Infanta D. Isabel. D. Miguel, regente
do Reino — O efémero reinado de D. Miguel I —
O estabelecimento do regime parlamentar.

Tiragem limitada — 200 exemplares numerados
e rubricados pelo autor. Edição bastante ilustrada

PREÇO 30\$00 ~ PARA OS SÓCIOS 27\$00

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital: 80.000.000\$00 ◀ Fundos de Reserva: 64.800.000\$00

SEDE: 95, Rua do Comércio, 119—LISBOA

Filiais — Pôrto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Tórres Novos, Mangualde, Tórres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró dos Vinhos, Matozinhos e Olhão

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo

EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA ~ EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de combóios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sôbre o mar. Restaurante— Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

efectuar os seus seguros não deixe de consultar a

Ultramarina

Os seus métodos modernos, a sua tradicional correcção, a sua solidez financeira, dão a V. Ex.^a a mais segura garantia

de em Lisboa—R. da Prata, 108—Telef. P. A. B. X.—23348/9

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura
Tipografia
Fotólito
Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21227

Iliciano José da Silva



Ourivesaria, Jóias
e Relojoaria



Rua Augusta, 163
LISBOA

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossamedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique, e para mais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeitos a baldeação em Luanda e Lourenço Marques.

LINHA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL.

SAÍDAS MENSAIS REGULARES, COM ESCALA POR: Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela, e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Luanda.

LINHA DA GUINÉ

SAÍDAS MENSAIS REGULARES, COM ESCALA POR: S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

FROTA

VAPORES DE PASSAGEIROS:

«Serpa Pinto» . . . 8.267 ton.
«Mousinho» . . . 8.374 »
«Colonial» 8.309 »
«João Belo» 7.540 »
«Guiné» 3.200 »

VAPORES DE CARGA:

«Lugela» 8.310 »
«Humbano» 7.060 »
«Luango» 7.056 »
«Pungue» 6.290 »
«Bailundo» 5.650 »
«Malange» 5.050 »
«Lobito» 4.200 »
«Buzi» 2.160 »
«Sena» 1.420 »
«Mincondó» (costeiro) 270 »

ESCRITÓRIOS:

LISBOA
Rua do Instituto Vergílio Machado, 14
(à Rua da Alfândega)
Telefone 2 0052

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 9
Telefone 2 324



Leilões de livros

Para a venda dos
seus livros, a única forma
de os colocar bem

ARNALDO HENRIQUES DE OLIVEIRA

Já fez 119 leilões
L. do Calhariz, 14
Telef. 2 8477

CASA dos PANOS

A PRIMEIRA CASA
DÁ ESPECIALIDADE

Sortimento completo em
panos brancos e de cor
e em linhos de tôdas as
larguras

45, R. DOS FANQUEIROS, 49
(à esquina da Rua de S. Julião)

Figuel A. Fraga, L.da R. da Palma, 26-28—LISBOA

Ourivesaria, relojoaria e joalharía

onde sortido em MONOGRAMAS
de ouro e prata para carteiras

sempre jóias em 2.^a mão

Tudo mais barato

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JÓIAS — OURO — PRATAS — RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336